



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
MICHELE KLEIN RODRIGUES

**A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO INTERDISCIPLINAR DO
EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA**

Palhoça
2009

MICHELE KLEIN RODRIGUES

**A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO INTERDISCIPLINAR DO
EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Serviço Social, da Universidade do Sul de Santa Catarina – Pedra Branca, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Janice Merigo, Msc.

Palhoça

2009

MICHELE KLEIN RODRIGUES

**A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO INTERDISCIPLINAR DO
EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, 17 de novembro de 2009.

Prof^a. e orientadora Janice Merigo, Msc.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof^a Deisi Cristini Schzeitzer, Msc.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Maria Aparecida da Silva, Esp.
Assistente Social do Programa Bolsa Família

Dedico este trabalho á minha mãe e ao meu esposo, que sempre respeitaram, acreditaram e apoiaram minhas decisões. A eles dedico com todo o meu amor minhas conquistas. Eles serão sempre o meu maior exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

Este é um momento pleno de emoções. Chegar ao final desta etapa e ter a certeza de que muitas pessoas, entre elas familiares, amigos e professores, alguns ao meu lado e outros distantes, estavam torcendo por mim. Agradeço a todos que fizeram parte desta minha conquista, divido com cada um de vocês minha alegria. Quero dizer-lhes muito obrigada por tudo que fizeram por mim. Que Deus abençoe cada um de vocês.

Ao meu esposo Giliard, pela sua paciência, compreensão, dedicação, apoio e principalmente pelo seu amor em acreditar no meu potencial e por estar sempre ao meu lado nesta caminhada. Te amo!

À minha afilhada Thalyta, que apesar de sua pouca idade, me incentivou com seu carinho, amor e pelo aprendizado que ela me proporciona a cada dia. Te amo!

À minha família, minha avó Dona Maria (in memoriam), pelo carinho, que mesmo distante estiveram sempre presentes torcendo pela realização deste sonho.

À minha querida professora e orientadora, Janice Merigo, por sua generosidade, apoio e carinho dado na construção deste trabalho. Agradeço a minha professora e supervisora pedagógica, Darlene de Moraes Silveira, que contribuiu para o meu aprendizado no campo de estágio.

Às minhas orientadoras de campo de estágio, Liliane Ferreira Martins e Rejane Cristina Passos, que deram a oportunidade para realizar tal trabalho, levarei comigo esses momentos de aprendizado e a certeza de ter convivido com pessoas de comprometimento social. Agradeço à minha querida supervisora de estágio não obrigatório, Maria Aparecida da Silva, que em nenhum momento negou algo quando precisei, tenho a certeza de que Deus me privilegiou com verdadeira jóia ao meu lado e serei eternamente grata a você.

Às colegas de trabalho, Luciany e Lourena, que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até o final do meu curso. Sempre que precisei elas estavam lá dizendo alguma palavra de carinho, de conforto. Quero compartilhar com cada um este momento único e dizer muito obrigada de todo o meu coração.

RESUMO

O Serviço Social contribui, a partir de seu conhecimento teórico-metodológico, para a construção de novas alternativas de ação na área da educação infantil. No Educandário Santa Catarina – ESC, o Serviço Social tem seu trabalho voltado a prestar atendimento às crianças e seus familiares e desenvolver um trabalho Interdisciplinar com as professoras, auxiliares de sala, coordenadoras pedagógicas e psicóloga dentro do Projeto Momento Reflexão, onde cada profissional busca colaborar com os conhecimentos técnicos – científicos de sua disciplina. O Projeto Momento Reflexão tem como finalidade, trabalhar principalmente os direitos das crianças e das famílias com os diversos olhares das diversas áreas, para que juntos possam atender a família da melhor forma. Este trabalho contextualiza o ESC e tem como referencial teórico o Serviço Social e o trabalho interdisciplinar. Para a realização do tema do estudo, além do referencial usado, realizou-se uma capacitação dos professores, auxiliares de sala, coordenadoras pedagógicas, assistentes sociais e psicóloga trabalhando com eles o significado da interdisciplinaridade, quais as dificuldades de se trabalhar interdisciplinarmente dentro do ESC e quais as vantagens desse trabalho interdisciplinar.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Serviço Social. Intervenção.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Quadro de funcionários.....	23
Quadro 2 – Diretoria Executiva.....	24
Organograma 1 – Federação Nacional Sociedade Eunice Weaver.....	25
Eco-mapa 1 – Colaboradores do Educandário Santa Catarina.....	31
Fotografia 1 – Capacitação das funcionárias.....	51
Fotografia 2 – Capacitação das funcionárias.....	52
Fotografia 3 – Capacitação das funcionárias.....	52
Fotografia 4 – Capacitação das funcionárias.....	53
Fotografia 5 – Capacitação das funcionárias.....	54
Fotografia 6 – Capacitação das funcionárias.....	55
Fotografia 7 – Capacitação das funcionárias.....	56
Gráfico 1 – Respostas do questionário.....	57

LISTA DE SIGLAS

CNE – Conselho Nacional de Educação

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ESC – Educandário Santa Catarina

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

ONG – Organização Não Governamental

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

SEDA – Secretaria Especial do Direitos da Criança e Adolescente

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL E O EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.....	12
2.1 – A EDUCAÇÃO: CONTEXTO HISTÓRICO.....	12
2.2 - A CONTEXTUALIZAÇÃO DO EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA: FORMAÇÃO, OBJETIVOS, RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS.....	20
2.3 – A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO.....	31
3 INTERDISCIPLINARIDADE: SOBRE O OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL.....	36
3.1– CONCEITOS E SIGNIFICADOS DA INTERDISCIPLINARIDADE.....	36
3.2– O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO EDUCÁRIO SANTA CATARINA.....	43
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60
ANEXOS.....	64
ANEXO A - CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS.....	65
ANEXO B – PROJETO MOMENTO REFLEXÃO.....	70
ANEXO C – TERMO DE COMPROMISSO DO MOMENTO REFLEXÃO.....	78

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é o resultado do estágio curricular obrigatório do Curso de Serviço Social – Unisul, desenvolvido no Educandário Santa Catarina, em São José, no período de 10 de março de 2008 a 20 de julho de 2009.

O Educandário Santa Catarina identificado como uma Instituição não governamental - ONG, sem fins lucrativos, específica no atendimento de crianças na área da educação infantil de três meses a seis anos, dispõe de funcionários capacitados a educar e atender às necessidades e cuidados com a saúde, alimentação, higiene, lazer e outras atividades características da instituição.

Para tal, se faz necessário à capacitação constante dos profissionais, a trabalharem de forma interdisciplinar, através de palestras com profissionais de outras instituições que venham colaborar e acrescentar ao trabalho realizado de forma conjunta.

Todas as atividades humanas, por serem culturais, envolvem a troca e posse de informações, é neste sentido que saber e conhecer não são destituídos de um caráter político, ideológico, social e econômico. Quem conhece sabe algo aprendido em um lugar e tempo, tem a posse de informações transmitidas e confirmadas por outras pessoas. Ao mostrar o que conhece e sabe cada indivíduo se diferencia dos demais, estabelecendo desta forma uma relação de poder.

As práticas profissionais são legitimadas através da eficiência e eficácia de suas atuações em instituições públicas e/ou privadas, em que há uma relação estreita entre a propriedade do saber e do poder.

Na medida em que define sua especificidade, cada profissão se diferencia com teorias e práticas para garantir suas verdades e seus espaços de atuação. Com isso, nas sociedades capitalistas, o que se observa é que o campo da profissionalização dos saberes é marcado também por hierarquizações, o que resulta numa forte competição entre profissionais de uma mesma e/ou diferentes área.

A experiência no campo de estágio demonstrou, que é possível e necessário à unificação dos profissionais das mais diversas áreas de atuação, para

que possam disponibilizar um melhor atendimento junto às crianças e familiares atendidos pela Instituição.

Surge, então, a necessidade de um plano de ação do Serviço Social enfatizando a importância do trabalho interdisciplinar no Educandário Santa Catarina.

Desta forma escolhemos como tema deste TCC “O Serviço Social no trabalho interdisciplinar do Educandário Santa Catarina – São José-SC”.

Entendemos que o modo como podemos contribuir no avanço do processo do trabalho do Serviço Social na interdisciplinaridade, no primeiro momento, significa orientar e conscientizar todos os profissionais para que possam trabalhar de forma conjunta no Projeto Momento Reflexão, a fim de observar qualquer demanda que a criança e a família apresentam no dia a dia.

O Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral identificar a intervenção do Serviço Social no trabalho interdisciplinar no Educandário Santa Catarina, e como objetivos específicos, apresentar a caracterização do espaço institucional e o surgimento do Serviço Social; refletir sobre os aspectos da interdisciplinaridade e seus desdobramentos; demonstrar a importância do trabalho interdisciplinar a partir de fundamentos teóricos metodológico ético político do Serviço Social; descrever a relevância da interdisciplinaridade no espaço institucional e apresentar o Projeto Momento Reflexão.

Para atender os objetivos, esse TCC está organizado em dois capítulos, além da introdução e considerações finais.

No Capítulo 2, contextualiza-se a educação no Brasil, o Educandário Santa Catarina e a inserção do Serviço Social.

No Capítulo 3, discute-se a importância do trabalho interdisciplinar a partir da experiência vivenciada.

2 – A EDUCAÇÃO NO BRASIL E O EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA

O objetivo deste capítulo é contextualizar o início da educação no Brasil e o espaço institucional do Educandário Santa Catarina. Inicialmente apresenta-se um breve histórico do início da educação, o espaço institucional do Educandário, sua forma de arrecadar recursos humanos e financeiro, e a inserção do Serviço Social na Instituição.

2.1 A EDUCAÇÃO: CONTEXTO HISTÓRICO

A história da educação no Brasil está atrelada às mudanças ocorridas na economia brasileira. Assim, os modelos econômicos: agroexportador, de substituição de importações e o de internacionalização do mercado, contribuíram para a evolução da educação no país.

Os portugueses, ao chegarem ao Brasil, buscavam riqueza e fortuna, além da preservação da sua cultura, transferindo-a ao povo nativo e condicionando a evolução da educação no Brasil. A conquista das terras do Brasil pelos portugueses foi motivada pela divulgação e expansão da fé católica, em que o povo que habitava essas terras poderia se converter, porém, o que se pretendia na verdade era a “sujeição do índio e a conquista de suas terras para o enriquecimento dos colonizadores” (PILETTI, 1994, p. 23).

A Igreja e a Religião Católica foram instrumentos utilizados para a submissão do índio, em que os padres atuavam como intérpretes da vontade divina, sob o mando do rei e do papa, para a conversão do índio, colaborando para a conquista e dominação dos brancos europeus. Mesmo diante desta lógica, o trabalho desenvolvido pelos padres possibilitou o surgimento de escolas de ler, escrever e contar, e colégios em povoações e aldeias, além de estabelecimentos de

ensino secundário, colégios e seminários.

No período de colonização cabia o direito à educação apenas aos donos de terra e senhores de engenho, excluídos desses as mulheres e os filhos primogênitos. A educação escolarizada estava limitada às pessoas da classe dominante.

O ensino dos Jesuítas focava a transferência da cultura geral básica, sem qualificação para o trabalho. Os primeiros Jesuítas chegaram ao Brasil em 1549 e dedicaram-se à expansão e divulgação da fé católica e ao trabalho educativo. Sendo assim, ensinavam as primeiras letras e a gramática latina, além de divulgar o cristianismo, a cultura européia, difundindo valores morais e espirituais, por meio de colégios e seminários.

Em 1759, os padres Jesuítas passam a agir independentemente, desintegrando-se da política de conquista, submissão e colonização e sendo expulsos de Portugal e de suas colônias. Posteriormente à expulsão foi realizada uma reforma com o intuito de aumentar a quantidade de classes e professores e, melhorar a qualidade de ensino. No entanto, na prática, isso não ocorreu.

Tratava-se da Reforma Educacional, também conhecida como Reforma Pombalina, realizada pelo Marquês Pombal, Primeiro-Ministro de Portugal de 1750 a 1777.

O Alvará Régio definia os textos básicos que professores deveriam utilizar em aula, prevendo ainda o material e método que deveria ser utilizado no ensino da Gramática Latina, Grego e Retórica, ou seja, especificava os procedimentos para o professor exercer seu trabalho.

Com a chegada da Família Real no Brasil, em 1808, ocorreram algumas alterações políticas, econômicas e sociais. Entre essas, a abertura dos portos que trouxe a necessidade de se formarem novos quadros técnicos e administrativos para atender à demanda dos serviços criados. Diante dessa realidade, foram criadas escolas técnicas, academias e cursos visando apenas à profissionalização.

A vinda da Família Real e a Independência do Brasil ocasionaram alterações na educação brasileira, pois

[...] o objetivo da reforma pombalina de criar a escola útil aos fins do Estado, passaria a ser concretizado, mas apenas no que diz respeito ao ensino

superior. Agora, seria necessário formar no Brasil a elite dirigente do país. Por isso, Dom João criou diversos cursos [...] (PILETTI, 1994, p. 42).

Para Dalarosa (1998) mesmo após a expulsão dos jesuítas, a prática da catequese permanece no período imperial. Após a independência, com a Constituição outorgada de 1824, surge um sistema educacional que garantiria escolas primárias, a criação de colégios e universidades, prescrevendo no seu artigo 179 que a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos. Mesmo assim, a educação não conseguiu ser prioridade e a qualidade dos cursos, segundo Pinto (1986, p. 58) “deixava a desejar”.

Após a Independência, com a Constituição outorgada de 1824, surge um sistema educacional que garantiria escolas primárias, a criação de colégios e universidades. Essa mesma Constituição prescreve no seu artigo 179 que a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos. Mesmo assim, a educação não conseguiu ser prioridade e manter qualidade nos cursos.

Em 1854, diante da iniciativa do governo, o ensino primário é dividido em elementar e superior. No primeiro, dedicava-se à instrução moral e religiosa, leitura, escrita, noções de gramática e matemática, no segundo, incluía-se outras disciplinas.

O ensino primário foi pouco difundido. Não se estabeleceu como requisito para o ingresso no ensino secundário. A preocupação do governo se deu para a formação de uma educação de elite.

Considerava-se importante à redução do analfabetismo, não por uma questão de educação, mas por uma questão política e econômica. Portanto, não se obteve uma melhora significativa do ensino. Mas, continuava a discussão, através das Conferências Nacionais de Educação que levantaram expectativas acerca de uma consciência nacional sobre a importância da educação.

Por volta de 1860, devido ao abandono do Estado no que se refere à educação, a iniciativa privada começa a surgir assumindo quase que totalmente a responsabilidade com o ensino secundário, contribuindo para o caráter de educação de elites. Quanto ao ensino primário, de acordo com Romanelli (1991) foi abandonado, com poucas escolas que sobreviveram às custas do sacrifício de alguns mestres-escolas.

Dalarosa (1998) descreve que no período da Primeira República (1889-1930), o Estado brasileiro surge em um contexto da “globalização”, significando a submissão dos países pobres sob a ordem dos países ricos. Portanto;

Com o advento da República, precisa mudar também a dinâmica dos quadros do governo e, portanto, da própria educação que, neste momento, passara a servir de sustentáculo à nova estrutura social em vigor. Isso pode ser percebido, tanto pela valorização, quanto pela despreocupação manifesta em relação à educação (DALAROSA, 1998, p. 57).

O Estado focou suas ações para garantir a manutenção das instituições consideradas como padrão fundando escolas superiores, construindo escolas primárias e secundárias, foram criados o Ministério da Educação, Correios e Telégrafos, e as questões referentes à educação atrelavam-se ao Ministério da Justiça. O ensino primário e secundário fica sob a responsabilidade dos Estados, e a União timidamente com o ensino secundário e superior.

Especificamente na década de 1920, tonificou-se a idéia de que a escolarização deveria atender aos reclamos das transformações sociais, o que resultou em uma dedicação pela educação. Assim, vigorou a ampliação da escola primária, enquanto a secundária, requisito para ensino superior, permaneceu o caráter elitista.

A década ficou marcada pelas grandes discussões acerca da educação brasileira, o modelo que enfatizava a formação das elites é colocado em xeque, “propunha-se a instituição de um sistema nacional de educação, com ênfase na educação básica, no ensino primário” (PILETTI, 1994, p. 62).

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde que funcionava para orientar e coordenar as reformas educacionais que seriam abordadas na Constituição de 1934.

Em 1932, surge o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, trazendo uma nova proposta pedagógica e em seu bojo uma proposta de reconstrução do sistema educacional brasileiro, tendo em vista uma política educacional do Estado. O manifesto era composto por educadores favoráveis ao ensino público laico¹.

¹ Um ensino laico é um ensino separado da igreja. Todos os países europeus são estados laicos, onde o crucifixo é proibido nas escolas públicas. Nos países politicamente laicos a religião não interfere na política.

Fernandes (2007) afirma que as reformas buscavam integrar as escolas primárias, secundárias e o ensino superior.

A educação em instituições públicas é destinada à infância e à juventude que não detém recursos necessários às instituições particulares. O referido período apresenta avanços e retrocessos, “na medida em que o Estado se dispõe a dar assistência aos mais carentes entre a população” (PILETTI, 1994, p. 89), e ao mesmo tempo em que é discriminatório e antidemocrático, pressupondo a educação destinada às elites, expressa pelo ensino secundário e superior, e às classes populares, o ensino primário e profissional.

A Lei Orgânica nº 4.244 de 09/04/42, reformulou o ensino visando atender às novas necessidades que surgirem. As necessidades surgem das exigências postas pelo setor produtivo, enquanto o Estado, com um sistema educacional deficitário, não consegue atender a tais exigências. Logo, com o apoio da iniciativa privada, surge na década de 40, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC visando à preparação da mão-de-obra para a indústria e o comércio, respectivamente.

Com a Constituição de 1946, a educação passa a ser direito de todos, a escola primária é obrigatória, tem-se ainda a assistência aos estudantes e a gratuidade do ensino oficial para todos e os poderes públicos devem ministrar o ensino, ficando livre a iniciativa privada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), representa a medida do Estado, mais significativa, no tocante à política educacional do país, estabelecendo que o ensino pode ser ministrado pelo setor público e privado nos diferentes níveis, assim, o Estado poderia subvencionar instituições de ensino da iniciativa privada. Para Pinto (1986), o Estado coopera através de bolsas de estudos e empréstimos.

Na década de 60, o país experimentou uma queda do crescimento econômico, com o aumento da inflação, além da queda do poder aquisitivo da população. Fatores resultantes da diminuição dos investimentos estrangeiros e da exportação de dólares dos investidores nacionais nos bancos suíços.

Nesse cenário a questão da educação brasileira é abordada pelos estudantes, sindicatos e partidos políticos, que mediante a participação no

Movimento de Educação de Base (MEB), nos Centros de Cultura Popular (CCP) e dos Movimentos de Cultura Popular (MCP) exigiram uma reforma educacional a partir de uma campanha contra o analfabetismo.

Nessa época, a preocupação no campo da educação se deu mediante a adequação de métodos pedagógicos que pudessem contribuir numa preparação da população para a participação popular. A alfabetização e a educação de base foram os critérios utilizados nas comunidades.

Em 1962, foi criado o Conselho Federal de Educação. O órgão aprova o Plano Nacional de Educação que esteve vigente até a década de 70. Nesse mesmo ano, o governo João Goulart, apoiando-se na LDB, anuncia o Plano Nacional de Educação com o intuito de trazer recursos para essa área.

Posteriormente, em 1964, com o golpe de Estado, os militares assumem o poder, e o sistema educacional do país toma outra gerência. O golpe militar de 1964 marca uma nova fase na economia, na política e na educação.

A valorização da educação visava à garantia da “inserção do Brasil no sistema capitalista internacional, através da criação de uma força de trabalho capaz de atender aos objetivos do desenvolvimento econômico” (PINTO, 1986, p. 70), trata-se de uma qualificação para o processo produtivo. Desta forma, os Acordos MEC-USAID, reforçam que o apoio internacional foi elemento fundante para os interesses americanos no Brasil.

Buscava-se, então, a preparação da mão-de-obra para a adequação ao modelo econômico, sem a devida preocupação com a qualidade de ensino. No dizer de Fernandes (2007), no Brasil, a “política educacional” se estabelece a partir de 1964, considerando que;

O Estado assumiu papel de condutor dos rumos dos sistema educacional, vinculado ou intrinsecamente alinhado à política econômica, conferindo à educação o papel de reprodutora contraditória da estrutura de classes, da estrutura de poder, bem como reprodutora da força de trabalho (PINTO, 1986, p. 71).

Entende-se que o capitalismo utiliza a educação como um instrumento para satisfazer suas necessidades, enquanto o Estado determina o tipo de ensino que lhe convém. Vale salientar a importância da universidade, já que a ela foi

destinada uma participação efetiva no desenvolvimento nacional.

O Estado, aos poucos, vai se esquivando de investir e deixa o ensino superior à mercê da iniciativa privada, contribuindo para a expansão das instituições de ensino superior da iniciativa privada.

Em 1968, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com a finalidade de “captar recursos e aplicá-los no financiamento de projetos de ensino e pesquisa, nos três níveis do ensino” (ROMANELLI, 1994, p. 227). A educação passa a ser direito de todos e dever do Estado e da família, com função tríplice: garantir o desenvolvimento pleno do ser humano prepará-lo para o exercício da cidadania, bem como, qualificá-lo para o mundo do trabalho. O direito à educação se insere no contexto dos direitos sociais, econômicos e culturais, que Bobbio (1997) chama de direitos de segunda geração, no âmbito dos direitos fundamentais.

O debate da década de 80 era colocar a educação como um direito social, uma educação básica, laica, gratuita, unitária e universal. A educação a partir da Constituição de 88 passa a ser reconhecida com um direito social fundamental para a preservação da condição humana, tornando imprescindível para manutenção dessa condição.

Dessa forma a educação passa a ser abordada como um dos direitos do ser humano, “direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, (...)” (BOBBIO, 1992, p.5). O direito à educação está atrelado à busca de igualdade, característica dos direitos de segunda geração.

A idéia de uma educação pública, no sentido de ser para todos, e com a participação de todos era uma bandeira também dos marxistas: gratuita, compulsória e uniforme para todas as crianças.

A Educação Infantil foi por muitos anos entendida por desnecessária e passada despercebida pelas famílias, principalmente pelo Sistema Educacional. A maioria das pessoas não via necessidade das crianças entrarem tão “cedo” na escolinha, tão pouco serem alfabetizadas, tendo em vista que historicamente a finalidade educacional sempre foi o assistencialismo e o cuidado.

Atualmente essa realidade tem se modificado e “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 06 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social” (Lei 9394/96, artigo 29), contudo, ainda encontra-se uma vez ou outra, crianças de três meses a seis anos fora das creches ou da pré-escola, pois essa não é uma obrigatoriedade para a família.

Outra alteração, segundo Beltão (2008), é a lei aprovada no ano passado alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), determinando a inclusão obrigatória, no currículo do Ensino Fundamental, de conteúdos que tratem dos direitos das crianças e adolescentes, tendo o ECA como diretriz. A idéia não é criar uma nova disciplina, e sim trabalhar a questão nas disciplinas que já existem, tornando o Estatuto presente no dia-a-dia da escola.

A lei é vista como um avanço por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente, pois a abordagem na educação poderá ser um instrumento determinante para tornar o Estatuto mais conhecido e mais bem compreendido pela sociedade. Fazer valer a lei, no entanto, impõe desafios que vão desde a dificuldade em mobilizar os gestores públicos para adotarem a medida em seus sistemas de ensino até a falta de conhecimento dos próprios professores sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

De autoria da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), a lei 11.525 entrou em vigor na data de sua publicação, em 25 de setembro de 2007, mas poucas escolas, cidades e estados já trabalham o tema em suas redes. Contudo, ações de abrangência nacional estão em curso para promover a mudança. O Conselho Nacional de Educação (CNE) incluirá a determinação nas diretrizes curriculares nacionais do Ensino Fundamental, que serão revisadas e atualizadas nos próximos três meses por uma comissão especial constituída pelos conselheiros. “Certamente, a abordagem dos conteúdos do ECA no Ensino Fundamental será incluída no próximo parecer do Conselho, assim como a necessidade de inserção do tema nos materiais didáticos”, garante Francisco Cordão, integrante da Câmara de Educação Básica do CNE.

No Ministério da Educação, a questão está sendo desenvolvida no Escola que Protege, programa da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) voltado à formação de educadores para o enfrentamento, no

espaço da escola, da violação dos direitos da criança e do adolescente. A atenção à lei 11.525 deverá ser um dos critérios exigidos na seleção dos projetos atendidos pelo programa. Uma resolução tratando do novo desenho da Escola que Protege está em análise no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Outras estratégias estão sendo planejadas em conjunto com a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), e o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente (Conanda). “Temos pautado o assunto em todas as ações que realizamos junto aos sistemas estaduais e municipais de educação, para informá-los de sua responsabilidade nesta lei. O CNE vai regulamentar e orientar as escolas com seus pareceres, mas os Estados e os municípios, que têm a responsabilidade sobre o Ensino Fundamental, já podem formular seus conteúdos, incluindo os direitos da criança e do adolescente de forma interdisciplinar”.

Outra questão importante, é que as “crianças que ingressam na instituição escolar antes dos sete anos, apresentam em sua maioria, resultados superiores em relação àquelas que ingressam somente aos sete anos” (MEC, 2007).

Contudo, diante de tanta preocupação percebemos ainda que há muito a fazer pela Educação Infantil e o Serviço Social traz a sua contribuição na perspectiva de inclusão social na viabilização de atuação na área da educação.

2.2 A CONTEXTUALIZAÇÃO DO EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA: FORMAÇÃO, OBJETIVOS, RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

Em 12 de dezembro de 1936, no clube 12 de agosto, foi formada em Santa Catarina a Sociedade de Assistência aos Lázaros, com a presença do Governador do Estado e a Presidente da Federação de Assistência aos Lázaros , Sra. Eunice Weaver.

O ESC teve em seus objetivos iniciais dar ao Lázaro assistência mais humana, esperança, conforto e, às crianças nascidas com um estigma, saúde, alegria, um lugar ao sol a que tem direito.

No ano de 1940, devia ser inaugurada a Colônia Santa Tereza, para os doentes do mal de Hansen. Como o ESC estava ainda em construção e os pais não tinham com quem deixar seus filhos sadios, a Sociedade de Assistência aos Lázarus providenciou, imediatamente, a instalação do Preventório de Emergência que funcionou, até a inauguração do ESC, em um prédio situado no bairro da Pedra Grande, nesta Capital, cedido pelo então Interventor Nereu Ramos.

A esse Preventório de Emergência foram recolhidas 24 crianças, inclusive a primeira que nasceu na Colônia, e que foi entregue por seus pais ao cuidado do Educandário, a pequena Vanda então com seis meses.

O ESC foi inaugurado no dia 26 de janeiro de 1941, embora não se achassem concluídas todas as obras. Em 1948 funcionava no Educandário um internato que recebia os filhos sadios do hanseniano logo ao nascer.

Após a morte de sua fundadora, em 05 de novembro de 1965, a Sociedade de Assistência aos Lázarus passa a se chamar Sociedade Eunice Weaver.

Nos anos 70 o ESC deixou de ser um internato para filhos sadios de hansenianos pois, com a ajuda de cientistas, o mal de Hansen já podia ser tratado em casa sem o trauma da separação familiar, e passou a ser um internato e semi – internato de crianças com vulnerabilidade social.

A missão do Educandário é prestar serviço de assistência social, educação infantil e educação complementar às crianças da grande Florianópolis, oferecendo espaço diferenciado e aprimorando a qualidade das relações, por meio de um trabalho humanizado. Tendo como visão ser reconhecido pela excelência dos serviços prestados na área da criança e na valorização dos seus colaboradores e parceiros.

Atualmente o ESC atende 540 (quinhentos e quarenta) crianças da grande Florianópolis de três meses a seis anos de idade. As crianças são recebidas às 7h permanecendo até às 18h 30min na instituição, recebendo quatro refeições por dia.

As principais atividades fornecidas pelo ESC são: educação Infantil para 430 (quatrocentos e trinta) crianças com idades entre três meses e seis anos; educação complementar no contra turno escolar para 110 (cento e dez) crianças de seis a onze anos, onde são fornecidas atividades de apoio pedagógico e cultural

como capoeira e informática. Parte deste projeto é coordenado e financiado pelo Centro Educacional Menino Jesus.

Saúde: São Realizadas campanhas de promoção à saúde, primeiros-socorros, ministrar medicamentos, avaliação do peso e medida das crianças atendidas na instituição. É proporcionado atendimento médico-ambulatorial e campanhas de vacinação em parceria com o posto de saúde local. Este atendimento é realizado quinzenalmente com um profissional cedido pelo posto de saúde do município.

Odontológico: É promovida saúde bucal por meio de campanhas de educação à saúde dental, escovação e aplicação de flúor em crianças de três meses a seis anos.

Psicologia: Proporciona atendimento psicoterapêutico individual, familiar e grupal a famílias e colaboradores da instituição.

Serviço Social: Desenvolve projetos, sendo alguns em parceria com a psicologia e pedagogia, como por exemplo: Projeto Reciclagem, Grupo de Mulheres, momento reflexão, Tecendo Redes, Captação de Recursos, PSC (Prestação de Serviço a Comunidade), atendimento familiar e interdisciplinar.

Em relação a recursos humanos, hoje na instituição fazem parte do quadro de funcionários:

Profissionais	Quantidade
Assistente Social	02
Auxiliares de enfermagem	02
Auxiliares de sala	26
Coordenadora geral	01
Cozinheiros	06
Dentista	01
Gestor financeiro	01
Médico (Clinico Geral)	01
Motorista	02

Pedagoga	03
Professores	26
Professores de música	02
Psicóloga	01
Recepcionista	01
Secretárias	02
Serviços Gerais	10

Quadro 1 – Quadro de funcionários.

FONTE: Michele Klein Rodrigues, (2008)

A Instituição conta com uma Diretoria Executiva composta da seguinte equipe:

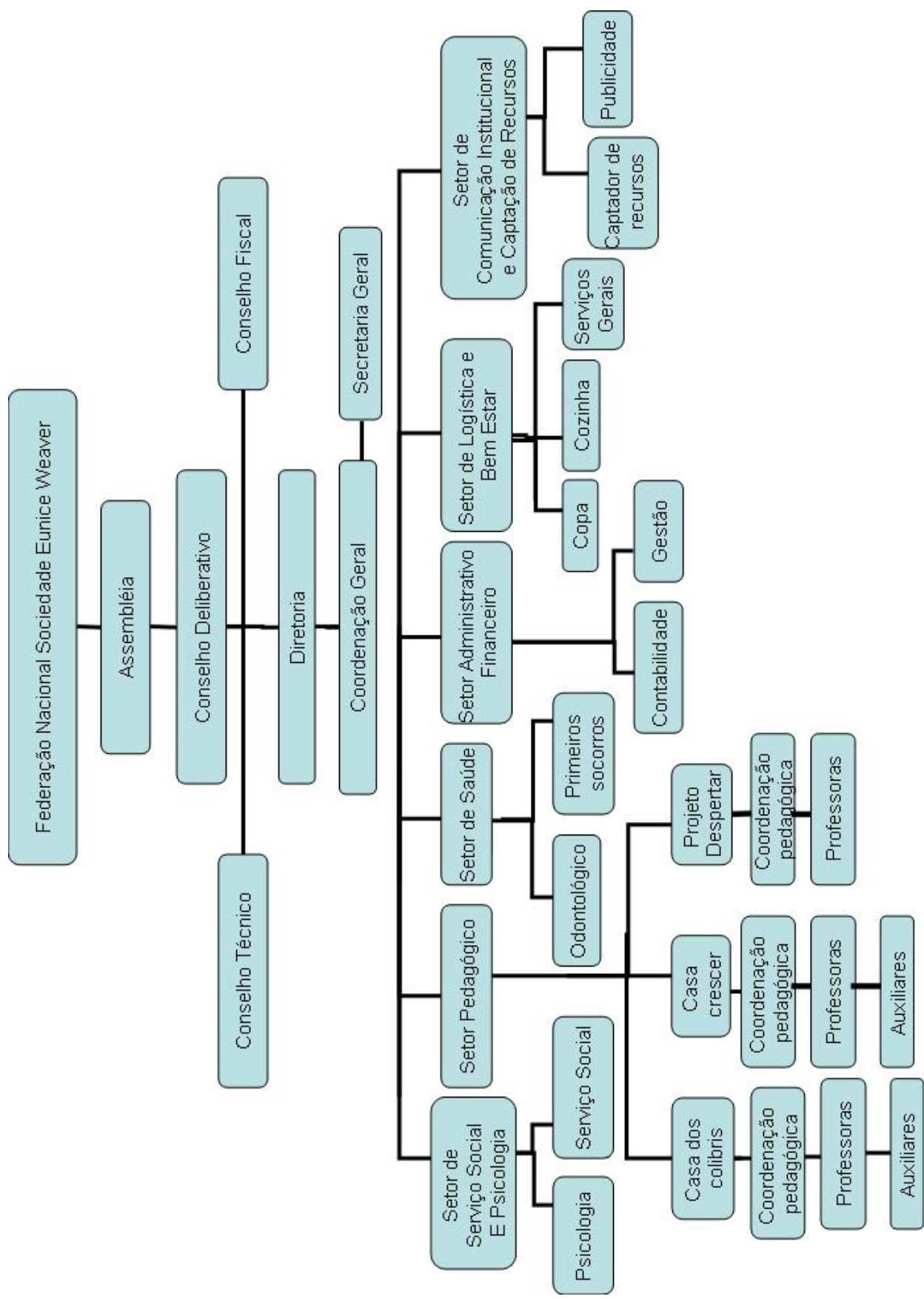
Nome	Função
Silvia Corte	Presidente
Cleusa Beduschi Antonioli	1° Vice Presidente
Helenie Tavares	2° Vice Presidente
Guido Locks	Tesoureiro
Marco Antônio Koerich Azambuja	Tesoureiro
Márcia Mendes Coelho	Secretária
Anita Bez Claumann	Secretária

Quadro 1 – Diretoria Executiva.

FONTE: Michele Klein Rodrigues, (2008)

Percebe-se, a partir dos quadros acima apresentados, que a Instituição conta em seu quadro de equipe interdisciplinar, bem como um quadro mínimo de funcionários, o que com certeza qualifica o atendimento prestado tanto para as crianças, quanto para as famílias.

Quanto à organização da Instituição, segue o organograma:



O ESC é uma Organização Não Governamental – ONG. O termo ONG se refere, de modo genérico, a toda organização não pertencente ou vinculada a nenhuma instância de governo, em qualquer nível.

O termo ONG foi utilizado pela primeira vez pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas em 1950. No Brasil, essa terminologia começou a ser utilizada na metade da década de 80, referindo-se exclusivamente às organizações que realizavam projetos junto aos movimentos populares, por exemplo, na área da promoção social.

É importante lembrar, conforme argumenta PAZ (1997), que as ONGs têm como significado histórico a resistência e o enfrentamento da opressão no Brasil, desde a década de 60. Diz a autora que:

no caso brasileiro, é a partir das décadas de 60 e 70 que as ONGs começam a se formar e estruturar. Em pleno período de ditadura e repressão a qualquer tipo de organização da sociedade civil surgem as primeiras ONGs, acompanhando um movimento característico da sociedade da época de resistência e enfrentamento a todas as formas de opressão. Assim, o surgimento está imbricado ao dos movimentos sociais, da atuação da Igreja progressista, das organizações de trabalhadores, das populações excluídas e da oposição política ao regime ditatorial. (PAZ, 1997, p.176).

Contudo a preocupação dos autores em torno deste tema consiste em argumentar sobre a compreensão das ONGs como legítimas representantes da sociedade na defesa dos cidadãos e parceiras do Estado na viabilização de direitos já conquistados.

Dessa forma o papel das ONGs, no contexto atual em que vêm atuando, deve estar pautado no objetivo de construir uma esfera pública, propagadora de uma nova ética, que exige a transparência dos recursos públicos, a desprivatização do Estado, o controle da acumulação econômica e do desperdício.

Podemos considerar sinônimos os seguintes termos OSC, (Organizações da Sociedade Civil), Terceiro Setor ou Setor sem fins Lucrativos. Podemos dizer que as ONG's são grupos sociais organizados que possuem uma função social e política em sua comunidade ou sociedade; possuem uma estrutura formal e legal; estão relacionadas e ligadas à sociedade ou comunidade através de atos de solidariedade; não perseguem lucros financeiros (sem fins lucrativos); possuem considerável autonomia.

A ONG serve para auxiliar o Estado na consecução de seus objetivos e, não raras vezes, serve para fazer o papel do Estado. O Estado não tem tempo hábil para resolver todos os problemas e suprir todas as necessidades dos administrados, por essa razão, alguém tem que fazer algo. Diante disso, destas necessidades que não podem esperar, a sociedade civil se organiza e funda estas Organizações.

A criação de uma ONG ou OSC passa anteriormente pelo interesse de um grupo específico, com objetivos e identidades comuns, que define se quer ou não se tornar uma entidade legalizada ou se prefere ser um grupo informal, definido o interesse deste grupo em fundar uma ONG sem fins lucrativos, com estatuto e registro no cartório, vinculada ao movimento social ou ambientalista, alguns procedimentos precisam ser seguidos.

O ESC é qualificado como OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). Com esta qualificação, pode remunerar seus diretores sem perder algumas imunidades tributárias, além de poder realizar Termos de Parceria com órgãos governamentais. Constituem importante alternativa para que a iniciativa privada intervenha de maneira organizada na sociedade, promovendo ações sociais, culturais ou assistenciais. O Estado Brasileiro, de maneira compensatória, oferece-lhe benefícios fiscais.

Promulgada em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) regulamenta princípios constitucionais (artigos nº 203/204) que tratam da assistência social como política pública, no campo da seguridade social brasileira. A LOAS necessitava de várias regulamentações posteriores, para especificar artigos de forma a serem implementados em todo território nacional. Entre eles, o artigo 3º, que trata das entidades e organizações de assistência social. Essa regulamentação é sancionada 14 anos após a promulgação da LOAS. Durante esse período, entidades e organizações se estruturaram segundo seus próprios princípios e perspectivas institucionais, resultando em disparidades regionais e enormes diferenciações nos atendimentos à população, gerados pelas diferentes concepções de assistência social que cada uma delas possuía: caridade, ajuda, favor, esmola, filantropia.

Em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apresentou ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a proposta da Política Nacional de Assistência Social. Ela foi debatida em todo o País e aprovada pelo Conselho, conforme determinação legal. Assim, a assistência social

passa a ser assumida pelo Estado Brasileiro, em parceria com entidades e organizações da sociedade, inaugurando um novo marco para o atendimento à população que necessita de proteção social. Restava, então, definir a natureza, os objetivos, a missão e o público alvo dessas entidades, de acordo com a LOAS.

Ao tornar públicas as regras para a sociedade, criam-se parâmetros para que possa ser feito acompanhamento da atuação das entidades e organizações de assistência social de forma unificada no País, no campo dos direitos reafirmados na VI Conferência Nacional de Assistência Social por meio da Resolução N.º 191, de 10 de novembro 2005 DOU 17/11/2005 (Anexo A). Essa resolução trata das Entidades Beneficentes de Assistência Social, são as entidades de educação, de saúde e de assistência social que obtêm a certificação e que podem ter isenção das contribuições para a Seguridade Social, desde que prestam serviços continuados de Assistência Social.

São instituições de educação sem fins lucrativos todas aquelas entidades que prestam serviços de ensino em qualquer grau e em qualquer área do conhecimento humano, com vistas a promover os fins elencados no artigo 205 da Constituição Federal, sem importar se cobram ou não pelos serviços prestados.

É fundamental sinalizar que o ESC é uma entidade de Assistência Social, um dos princípios organizativos do SUAS consiste na presença de sistema de regulação social das atividades públicas e privadas da Assistência Social, exercendo a fiscalização e controle de adequação e qualidade, das ações e das autorizações de funcionamento de organizações e de serviços assistenciais.

As entidades e organizações são consideradas de Assistência Social quando seus atos constitutivos definirem expressamente sua natureza, objetivos, missão e público alvo.

Para o regular funcionamento, as entidades e as organizações de Assistência Social deverão estar inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004), as entidades de assistência social fazem parte da rede socioassistencial. A rede sócio assistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e

especial e ainda por níveis de complexidade.

Os serviços são atividades continuadas, que visam à melhoria da qualidade de vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei. A Política Nacional de Assistência Social prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial, de média e alta complexidade.

Os programas compreendem ações integradas e complementares, com objetivos, tempo e área de abrangência, definidos para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, não se caracterizando como ações continuadas.

Os projetos caracterizam-se como investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais em situação de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e gestão para a melhoria das condições de vida da população.

As principais fontes de financiamento externas que atualmente mantém a instituição são: FIA (Fundo da Infância e Adolescência), onde acontece o repasse de verbas das empresas, Eletrosul e Portal Social como meio de divulgação da instituição e contato com possíveis entidades financiadoras. Possui ainda o Eco-mapa sendo um demonstrativo que traz todos os parceiros da Instituição. Após sua elaboração é que foi possível perceber o número de parceiros que o ESC conta.

Os parceiros que contribuem com dinheiro de forma sistemática são: Colégio Menino Jesus, que repassa um valor que corresponde ao atendimento de 60 crianças; o SESI, que repassa um valor que corresponde ao atendimento de 50 crianças, e tem como exigência que sejam contempladas as crianças de pais que trabalham na indústria; a Prefeitura Municipal de São José que repassa um valor que corresponde ao atendimento de 349 crianças; a Eletrosul (Projeto Construindo Redes – reciclando e gerando oportunidades); e recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA.

Além destas fontes de financiamento a Instituição ainda conta com a comunidade educativa, através da promoção de eventos como: Educandário fest; jantar dançante; noite das massas; chá das azaléias; café do Educandário; baile tempos da Dizzy e festa junina.

Conforme o quadro do Eco-mapa que ainda se encontra em fase de elaboração:

É através dessas parcerias e com a ajuda da própria comunidade, através de seus eventos, que o ESC vem mantendo suas portas abertas para atender às 540 (quinhentos e quarenta) crianças hoje matriculadas em seu ambiente de ensino e que contam com atendimento de uma equipe interdisciplinar.

2.3 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO

A primeira Assistente Social contratada pela instituição foi Maria Heloisa Gomes. Porém, não consta nos arquivos da instituição a data exata de sua atuação. Atualmente, a Instituição atua com duas Assistentes Sociais que visam enfrentar a questão social, fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais, bem como, a realidade do público atendido. O princípio 10º do Código de Ética do Serviço Social garante “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual na perspectiva de competência profissional” (1997, P.18), dessa forma, a intervenção se dá a partir das atribuições desenvolvidas pelo Assistente Social no ESC, pautado na Lei 8662/93, que regulamenta a profissão de Assistente Social.

As atribuições do Serviço Social no Educandário Santa Catarina, estão prevista em documentação elaborada pelas Assistentes Sociais, detalhadas através das seguintes documentações da Instituição:

- “Realizar inscrições das crianças de três meses a seis anos com a finalidade de selecioná-las para as vagas na Educação Infantil, por meio de estudos socioeconômicos;
- Matricular as crianças selecionadas, prestando orientações sobre o ingresso da família na Instituição;
- Elaborar pesquisas de natureza socioeconômica e familiar para caracterização do público atendido: famílias e colaboradores;
- Atender as demandas socioeconômicas e culturais das famílias e colaboradores, visando à melhoria da qualidade de vida dos mesmos;
- Prestar orientações ao público alvo, visando o atendimento de suas

necessidades específicas;

- Realizar visitas domiciliares com o objetivo de ampliar o conhecimento da realidade socioeconômico – familiar da criança/família/colaboradores de forma a possibilitar o acompanhamento da família como um todo;
- Buscar parcerias e articular-se com instituições públicas, privadas e ONG'S, objetivando o encaminhamento das famílias e colaboradores aos órgãos e serviços competentes para atendimentos de suas necessidades;
- Contribuir junto à coordenação pedagógica para a integração efetiva das famílias no cotidiano educativo;
- Participar de equipe multidisciplinar para a elaboração de projetos que visem atender a demanda institucional;
- Elaborar projetos de captação de recursos em parceria com a coordenação geral para a continuidade do plano de gestão institucional;
- Participação do Conselho Municipal de Assistência Social de São José e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;
- Encaminhar relatórios mensais com a relação criança/turma para a Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social de São José;
- Planejar e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/93, que dispõem sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências”.

Os instrumentos técnicos operativos utilizados são os mais diversos, sendo eles: a observação, entrevista, relatórios qualitativos e quantitativos, visita domiciliar, reuniões, estudo social, parecer social, SAS (sistema de atendimento social) e informática.

A entrevista é um dos instrumentos que possibilita a tomada de consciência, pelos assistentes sociais, das relações e interações que se estabelecem entre a realidade e os sujeitos, sendo eles individuais ou coletivos. É um diálogo entre duas ou mais pessoas com o objetivo de identificar, constatar ou compreender uma dada situação, onde estão implícitas intenções de mudanças. É o instrumento mais usual e de maior validade para a obtenção de dados, onde já se pressupõe uma modificação ou transformação da situação ou da problemática apresentada.

Segundo Magalhães

a entrevista implica relacionamento profissional em todos os sentidos: na postura atenta e compreensiva, sem paternalismos; na delicadeza do trato com o usuário do serviço, ouvindo-o, compreendendo-o e, principalmente, “enxergando-o como um sujeito de direitos.” (MAGALHAES, 2007 p.48)

É na entrevista que o profissional cria o vínculo com o indivíduo. A entrevista tem importância na medida em que se apresenta como um meio para o profissional obter dados objetivos, informações subjetivas, fazer uma criteriosa observação em relação ao comportamento da pessoa entrevistada ou mesmo para comparar dados, colocados em mais de uma entrevista ou em entrevistas com outras pessoas que compõem o círculo familiar.

A Visita Domiciliar é um instrumento do trabalho profissional, realizada por um ou mais profissionais, junto a indivíduos em seu meio familiar ou espaço institucional. A realização do processo de entrevista é a observação na residência ou instituição dos sujeitos sociais, com o objetivo de conhecê-los dentro da sua realidade social. Segundo Amaro: é uma prática profissional investigativa do atendimento, realizado por um ou mais profissionais, junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar. (2003, p.1)

É através da Visita Domiciliar que podemos analisar a realidade social, que por sua vez se traduz a partir de movimentos complexos, os quais nem sempre são possíveis de serem identificados, de forma imediata, pois para tal, se faz necessários que possamos alcançar o mais próximo possível a vida objetiva do sujeito. É fato que várias inter-relações são estabelecidas entre o sujeito e a sua realidade, mas nem sempre são identificadas por verbalizações, necessitando dedicar atenção ao que não é visível, o que não é dito, o que não está aparente, ou seja, que encontra-se concentrado na vida do sujeito, assim, “compreender o fenômeno é atingir a essência” (KOSIK, 1989, p.12). É utilizada para conhecer e intervir quando for considerada pertinente para a viabilização e cumprimento das finalidades do processo de intervenção.

É por meio da visita que podemos abranger o modo de vida, a dinâmica das relações familiares, seu meio social, se existe atendimento às necessidades básicas. O profissional ao buscar intervir junto aos sujeitos deve considerar em seu

processo de trabalho sua função interventiva, buscando os meios necessários a esse fim na estrutura ético e político do serviço social, dar direcionamento ao seu agir profissional. Ao buscar o conhecimento da vida dos sujeitos deve também, considerar que ao apreender os fenômenos da realidade social dos mesmos, estará, notadamente, intervindo naquela realidade, tendo em vista que “[...] toda vez que um agente entra em interação com uma situação ou com elementos que nela se encontram, ele já está interferindo na situação.” (MIOTO, 2001, p.151).

Para que o profissional em sua práxis possa responder às demandas sociais advindas das expressões da questão social, ele deve ser capacitado para identificá-las como um processo sócio-histórico, que é produzido e reproduzido socialmente.

Segundo Magalhães:

visita-se com o objetivo de completar dados, observar relações sociais em sua singularidade, no ambiente de convivência, seja este o lar, a escola ou outro espaço em que se efetive as relações sociais dos usuários. (2003, p.54)

Devemos estar atentos a captar o todo, reestruturando o através do nosso olhar vigilante, ocupados em identificar o máximo de situações e relações que reforçam ou explicam a atitude do sujeito ou sua resposta evasiva. É na visita que muitas vezes enxergamos o inesperado, pois nos deparamos com o fato real, acabamos não percebendo o que a família não nos expressa verbalmente nos acompanhamentos.

As expressões da questão social presentes no Educandário Santa Catarina hoje, e atendidas pelo serviço social, são em torno da violência doméstica, negligência, educação, assistência social e trabalho.

Inicialmente, a questão social foi constituída em torno das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na Europa do Século XIX, devidas à industrialização. Inicialmente, essa questão foi levantada quando, com a tomada de consciencia da sociedade, ou parte dela, dos problemas decorrentes do trabalho urbano e da pauperização como fenômeno social. Atualmente a questão social é a expressão das desigualdades e das lutas sociais em suas múltiplas manifestações e

todos os segmentos sociais envolvidos.

A concepção de questão social está enraizada na contradição Capital X Trabalho. Em outros termos, é uma categoria que tem sua especificidade definida no âmbito do modo capitalista de produção.

Segundo Carvalho e Yamamoto:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação do desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresário e do estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão, (1983, p.77).

Por outro lado Teles faz sua concepção sobre questão social da seguinte forma:

... a questão social é a aporia das sociedades modernas que põem em foco a disjunção, sempre renovadas entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramadas na dinâmica das relações de poder e dominação (1996, p.85)

A questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Constitui a base histórica de fundamentação do Serviço Social.

Os critérios para o atendimento ou repasse de benefícios às famílias que procuram à Instituição acontecem de acordo com a situação de vulnerabilidade (físico financeiro e emocional); renda familiar de até três salários mínimos, podendo ultrapassar dependendo da realidade social da família.

Como afirma Yazbek:

Os Assistentes Sociais atuam junto aos sujeitos sociais que guardam, na sua história de vida, as dimensões universais e particulares da questão social. Questão Social cujas expressões históricas e contemporâneas

personificam o acirramento das desigualdades sociais e da pobreza na sociedade capitalista brasileira”. (Yazbek, 2006, P. 29).

O Serviço Social no ESC tem tido um papel fundamental no processo de elaboração, implementação, planejamento, execução e avaliação dos projetos. Ao caracterizarmos o estudo sobre o espaço institucional, observamos que o Serviço Social ao atuar na área da Educação tem atribuições bem definidas.

3 -INTERDISCIPLINARIDADE: SOBRE O OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL

Através desse capítulo iremos apresentar a abordagem de forma interdisciplinar desenvolvida com a equipe de funcionárias do Educandário Santa Catarina, o qual envolve diretamente o trabalho das Assistentes Sociais que atuam na Instituição.

3.1– CONCEITOS E SIGNIFICADOS DA INTERDISCIPLINARIDADE

Segundo Fazenda, a interdisciplinaridade surgiu na França e na Itália em meados da década de 60, num período marcado pelos movimentos estudantis que, dentre outras coisas, reivindicavam um ensino mais sintonizado com as grandes questões de ordem social, política e econômica da época.

A interdisciplinaridade teria sido uma resposta a tal reivindicação, na medida em que os grandes problemas da época não poderiam ser resolvidos por uma única disciplina ou área do saber.

No final da década de 60, a interdisciplinaridade chegou ao Brasil e logo exerceu influência na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases Nº 5.692/71. Desde

então, sua presença no cenário educacional brasileiro tem se intensificado e, recentemente, mais ainda, com a nova LDB Nº 9.394/96 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Japiassú (1976) foi responsável por introduzir, no Brasil, a partir de 1976, as concepções sobre interdisciplinaridade, decorrentes do Congresso de Nice, na França, em 1969. Japiassú e Ivani Fazenda são considerados responsáveis pela veiculação do tema no Brasil, sendo o fulcro temático de Japiassú epistemológico, e o de Fazenda, pedagógico; entretanto, os dois autores têm como base de suas teses a filosofia do sujeito. De acordo com eles, a interdisciplinaridade é apontada como saída para o problema da disciplinaridade, que é contextualizada como doença devendo, portanto, ser superada/curada através da prática interdisciplinar. Para sua viabilização, eles indicam a presença de profissionais de várias áreas como necessidade intrínseca ao projeto interdisciplinar. Trata-se da presença de equipes multidisciplinares para o desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Segundo Japiassú;

... à interdisciplinaridade faz-se mister a intercomunicação entre as disciplinas, de modo que resulte uma modificação entre elas, através de diálogo compreensível, uma vez que a simples troca de informações entre organizações disciplinares não constitui um método interdisciplinar. O referido autor fornece elementos teóricos para a integração metodológica no campo interdisciplinar. Para isso, aponta a tendência de as pesquisas serem realizadas em grupos organizados ou equipes de trabalho, tomando o lugar da pesquisa individual. (1976, p. 120).

Ele avalia que a tendência das Ciências Humanas é a orientação para os problemas e o investimento em uma metodologia nova, que dê conta da perspectiva interdisciplinar, embora reconheça a dificuldade em se trabalhar com uma metodologia concertada.

Em um projeto interdisciplinar não se ensina, nem se aprende, vive-se, exerce-se. A responsabilidade individual é a marca do projeto interdisciplinar. O pensar interdisciplinar parte do princípio de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma racional. O diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpretar por ela. Assim, aceita o conhecimento do senso comum como válido, pois é através do diálogo com o conhecimento científico, tendo uma dimensão utópica e libertadora, pois permite enriquecer nossa relação com o outro e com o mundo.

Japiassú indica dois níveis de trabalho interdisciplinar. O nível pluridisciplinar, que consiste no estudo do mesmo objeto por diferentes disciplinas sem que haja convergência quanto aos conceitos e métodos; e o interdisciplinar que consiste em uma integração das disciplinas no nível de conceitos e métodos.

Conforme Demo (1998) a interdisciplinaridade quer dizer: [...] horizontalizar a verticalização, para que a visão complexa seja também profunda, e verticalizar a horizontalização, para que a visão profunda seja também complexa.

Quando falamos em interdisciplinaridade, estamos de algum modo nos referindo a uma espécie de interação entre as disciplinas ou áreas do saber. Todavia, essa interação pode acontecer em níveis de complexidade diferentes. E é justamente para distinguir tais níveis que termos como multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade foram criados.

A multidisciplinaridade representa o primeiro nível de integração entre os conhecimentos disciplinares. Muitas das atividades e práticas de ensino nas escolas se enquadram nesse nível, o que não as invalida. Mas, é preciso entender que há estágios mais avançados que devem ser buscados na prática pedagógica. A multidisciplinaridade se caracteriza por uma ação simultânea de disciplinas em torno de uma temática comum. Essa atuação, no entanto, ainda é muito fragmentada, na medida em que não se explora a relação entre os conhecimentos disciplinares e não há nenhum tipo de cooperação entre as disciplinas.

Segundo Piaget a multidisciplinaridade ocorre quando,

a solução de um problema torna necessário obter informação de duas ou mais ciências ou setores do conhecimento sem que as disciplinas envolvidas no processo sejam elas mesmas modificadas ou enriquecidas. (1964, p.68)

A origem da multidisciplinaridade se encontra na idéia de que o conhecimento pode ser dividido em partes, ou disciplinas, resultado da visão cartesiana e depois cientificista, bem como conhecimentos e saberes relativos a este objeto e métodos próprios. Constitui-se, então, a partir de uma determinada subdivisão de um domínio específico do conhecimento.

Conforme a visão de Morin;

o grande problema é encontrar a difícil via da inter articulação entre as ciências, que têm, cada uma delas, não apenas sua linguagem própria, mas também conceitos fundamentais que não podem ser transferidos de uma linguagem à outra. (2000, p. 113)

A multidisciplinaridade é considerada importante para acabar com um ensino extremamente especializado, concentrado em uma única disciplina.

Na multidisciplinaridade, recorremos a informações de várias matérias para estudar um determinado elemento, sem a preocupação de interligar as disciplinas entre si, ou seja, podemos usar dados vindos da História, da Química, de todas as áreas, cada material contribui com informações pertinentes ao seu campo de conhecimento, sem que haja uma real integração entre elas. Essa forma de relacionamento entre as disciplinas é a menos eficiente para a transferência de conhecimentos para os alunos.

Segundo Jantsch (1972),

as relações disciplinares estão divididas em áreas de conhecimento, e o sistema mais conhecido e utilizado nos processos educativos é a Multidisciplinaridade. A multidisciplinaridade caracteriza-se por uma simples justaposição de disciplinas sem nenhuma integração ou tentativa de explicitar as possíveis relações entre elas". (1972; p. 99)

Os objetivos são múltiplos, mas num mesmo nível, dissociados, sem o sistema de cooperação. Como uma sala de aula com diversas disciplinas distintas, onde a fragmentação ocorre paulatinamente em cada "matéria", isolada do sistema curricular.

A equipe multidisciplinar tem diferentes profissionais que trabalham dentro de sua especificidade de forma complementar, sem permuta de saberes ou práticas, sem áreas de interseção.

Para Japiassu a multidisciplinaridade trata-se de um sistema onde as disciplinas trabalham o mesmo tema, mas não há nenhuma cooperação entre elas, ou seja, o tema comum aparece como um meio para se chegar ao fim original da disciplina. Já a pluridisciplinaridade traria a existência de cooperação entre as disciplinas, mas cada disciplina ainda estaria apegada ao seu fim original, sendo assim, o tema ainda aparece como um artifício da disciplina.

A pluridisciplinaridade consiste em congregar as diferentes visões de diferentes especialistas, de várias disciplinas, de modo a obter-se um complemento mais abrangente do objecto em análise.

Heckhausen defini pluridisciplinaridade como,

Exploração científica especializada de um domínio determinado e homogêneo de estudos, exploração que consiste em fazer surgir novos conhecimentos que se substituem a outros mais antigos. (1997, p. 29).

Esse termo se refere à justaposição de diversas disciplinas situadas geralmente ao mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo a fazer aparecer as relações existentes entre elas.

A pluridisciplinaridade difere-se da multidisciplinaridade porque, a segunda se caracteriza por uma superposição de disciplinas que não estabelecem relação aparente, e a primeira consiste na superposição de disciplinas cujo objeto é correlato, em outras palavras, sugere a possibilidade da ocorrência de relação entre elas.

A idéia de pluridisciplinaridade tem origem na tentativa de estabelecer relação entre as disciplinas que, dessa forma, receberam um nome específico de acordo com a quantidade da integração existente entre elas. Essa relação seria uma tentativa de acabar com a visão de que a disciplina seria um tipo de saber específico que possui um objeto determinado e reconhecido, sem correlação entre si, constituindo-se em subdivisões do conhecimento. A tentativa de estabelecer relações entre as disciplinas é que daria origem à chamada interdisciplinaridade.

A pluridisciplinaridade é considerada pouco eficaz para a transferência de conhecimentos, já que parte da noção de que cada matéria contribuiu com informações próprias do seu campo de conhecimento, sem considerar que existe uma integração entre elas.

Fazenda (1996) conclui a palavra pluridisciplinaridade como, a justaposição de disciplinas mais ou menos vizinhas nos domínios do conhecimento. O objetivo da pluridisciplinaridade consiste em romper o quadro de um único apresentado por uma área do saber. Na pluridisciplinaridade, observamos a

presença de algum tipo de interação entre os conhecimentos interdisciplinares, embora eles ainda se situem num mesmo nível hierárquico.

A interdisciplinaridade representa o terceiro nível de interação entre as disciplinas. É caracterizada pela presença de uma axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas e definida no nível hierárquico imediatamente superior, o que introduz a noção de finalidade.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais,

A interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários (BRASIL, 2002, p.88-89).

Para Japiassu, a interdisciplinaridade surge como uma necessidade imposta pelo surgimento cada vez maior de novas disciplinas. Assim, é necessário que haja pontes de ligação entre as disciplinas, já que elas se mostram muitas vezes dependentes umas das outras, tendo em alguns casos o mesmo objeto de estudo, variando somente em sua análise. Caso mais freqüente nas ciências humanas, já que ao contrario das naturais não existe uma hierarquia entre elas.

Nas ciências naturais, podemos descobrir um tronco comum, de tal forma que temos condições de passar da matemática à mecânica, depois à física e à química, à biologia e à psicologia fisiológica, segundo uma série de generalidade crescente. Não se verifica semelhante ordem nas ciências humanas. A questão da hierarquia entre elas fica aberta... (JAPIASSU, 1976, p. 84)

Japiassu também explana quanto a questão da pesquisa interdisciplinar, já que, para ele, é fato que qualquer metodologia independente da disciplina a qual pertença tem limitações claras quanto a sua capacidade de interpretação. Assim, o confronto com o resultado obtido por outras metodologias pode se mostrar muito proveitoso para própria disciplina já que pode ela usufruir de análises as quais não seria capaz de fazer.

Tal afirmação vai de encontro às práticas vivenciadas pela equipe de

trabalho no Educandário Santa Catarina diante das necessidades identificadas, a partir das demandas das professoras e auxiliares.

A transdisciplinaridade representa um nível de integração disciplinar além da interdisciplinaridade. Trata-se de uma proposta relativamente recente no campo epistemológico.

Para Piaget (1972), a transdisciplinaridade é alcançada através de sucessivas atividades interdisciplinares que possam ser expandidas às sociedades.

Capacitar um matemático com instrumentos sociológicos não o fará um sócio-matemático', mas fará com que o profissional considere a realidade social na aplicação de seus dados numéricos (Piaget 1972: p.131).

Há quem defenda que a interdisciplinaridade possa ser praticada individualmente, ou seja, que um único professor possa ensinar sua disciplina numa perspectiva interdisciplinar. No entanto, acreditamos que a riqueza da interdisciplinaridade vai muito além do plano epistemológico, teórico, metodológico e didático. Sua prática na escola cria, acima de tudo, a possibilidade do encontro, da partilha, da cooperação e do diálogo.

Fazenda (1994) fortalece essa idéia quando fala das atitudes de um professor interdisciplinar:

Entendemos por atitude interdisciplinar, uma atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera ante os atos consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo – ao Jairo Gonçalves Carlos Interdisciplinaridade no Ensino Médio: desafios e potencialidades diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo – atitude de humildade diante da limitação do próprio saber, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes, atitude de desafio – desafio perante o novo, desafio em redimensionar o velho –atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas, atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível, atitude de responsabilidade, mas, sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, de vida (FAZENDA, 1994, p. 82).

Para o Serviço Social, as atitudes profissionais com base em conhecimentos específicos contribui com projetos.

E mais, Fazenda (1994) chega a determinar o que seria uma sala de aula interdisciplinar:

Numa sala de aula interdisciplinar, a autoridade é conquistada, enquanto na

outra é simplesmente outorgada. Numa sala de aula interdisciplinar a obrigação é alternada pela satisfação; a arrogância, pela humildade; a solidão, pela cooperação; a especialização, pela generalidade; o grupo homogêneo, pelo heterogêneo; a reprodução, pela produção do conhecimento. [...] Numa sala de aula interdisciplinar, todos se percebem e gradativamente se tornam parceiros e, nela, a interdisciplinaridade pode ser aprendida e pode ser ensinada, o que pressupõe um ato de perceber-se interdisciplinar. [...] Outra característica observada é que o projeto interdisciplinar surge às vezes de um que já possui desenvolvida a atitude interdisciplinar e se contamina para os outros e para o grupo. [...] Para a realização de um projeto interdisciplinar existe a necessidade de um projeto inicial que seja suficientemente claro, coerente e detalhado, a fim de que as pessoas nele envolvidas sintam o desejo de fazer parte dele (FAZENDA, 1994, p. 86-87).

Fica evidente nas citações acima que, para Fazenda, a interdisciplinaridade possui uma dimensão antropológica, no sentido de impregnar e influenciar os comportamentos, ações e projetos pedagógicos. Ou seja, para ela, a interdisciplinaridade transcende o espaço epistemológico, sendo incorporada aos valores e atitudes humanos que compõem o perfil profissional/pessoal do professor interdisciplinar.

Da mesma forma, Severino (1998) dá mais ênfase ao enfoque antropológico da interdisciplinaridade em detrimento do epistemológico:

Assim, quando se discute a questão do conhecimento pedagógico, ocorre forte tendência em se colocar o problema [da interdisciplinaridade] de um ponto de vista puramente epistemológico, com desdobramento no curricular. Mas entendo que é preciso colocá-lo sob o ponto de vista da prática efetiva, concreta, histórica (SEVERINO, 1998, p. 33).

Segundo ele, é importante não se priorizar a perspectiva epistemológica, excessivamente valorizada pela modernidade, pois a referência fundamental da existência humana é a prática.

3.2 O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO EDUCÁRIO SANTA CATARINA

Há alguns anos atrás, a intervenção do Serviço Social no Educandário Santa Catarina se dava de forma aleatória. Hoje, podemos observar que as Assistentes Sociais atuam de uma forma mais sistematizada.

A busca pela interdisciplinaridade se constitui num desafio a ser

enfrentado pelas diferentes especialidades que compõem uma equipe multiprofissional, não se tem por objetivo na prática interdisciplinar uma “unificação”, em que se romperiam definitivamente às fronteiras disciplinares. A interdisciplinaridade não nega as especialidades, mas procura respeitar as especificidades de cada profissional.

Para Minayo (1994, Pg. 42 – 64) haveria duas formas de interdisciplinaridade: Uma implícita, interna, própria da racionalidade científica que, pelo avanço de conhecimentos acaba criando novas disciplinas; e outra constituída externamente por campos operativos que articulam ciência, técnica e política, sobretudo, por meio de intervenções sociais.

O trabalho em equipe, por sua vez, exige a resolução de problematizações em conjunto. Para a interdisciplinaridade, é importante que um complemente o trabalho do outro, aceite as contribuições de outras áreas e que cada profissional saiba dos seus limites, tanto técnicos, como pessoais. O desafio é pensar na interdisciplinaridade, ou seja, na busca de um consenso das ações e no discurso das equipes, visando o desenvolvimento da comunicação entre os diferentes saberes, entre os distintos profissionais.

Segundo Vasconcelos, (2000);

Ao reconhecer a complexidade dos fenômenos, está, de modo implícito, reconhecendo dialeticamente a necessidade de olhares diferenciados para um mesmo objeto e, dessa forma, não pode prescindir da especialização”. (Vasconcelos, 2000, p. 50).

A interdisciplinaridade no Serviço Social está diretamente relacionada com a atuação da profissão (suas atribuições, responsabilidade e métodos de trabalho) no âmbito institucional. Desta forma, a reivindicação de uma prática interdisciplinar entre os assistentes sociais obriga uma análise da sociologia das profissões, das políticas sociais e institucionais.

Rodrigues diz que:

a interdisciplinaridade, favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento, pode significar uma instigante disposição para os horizontes do saber. (...) Penso a interdisciplinaridade, inicialmente, como postura profissional que permite se pôr a transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca, de desenvolvimento da pluralidade de ângulos que

um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer. (Rodrigues; 1998: 156)

No que se refere às práticas de intervenção social, faz-se necessário uma postura interdisciplinar. O trabalho social seja ele comunitário, institucional ou governamental, interfere, quase sempre, nas condições materiais de vida da população na cidade. A intervenção social, fruto de uma concepção e práxis interdisciplinar, rompe o reducionismo ativista da ciência, já que vê a produção do conhecimento como um espaço de complementação entre áreas, saberes empíricos e científicos. Abordar a área social é reunir saberes para uma interlocução pronta a construir estratégias que não se reduzam aos seus próprios conhecimentos.

Conforme Oliveira:

A contemporaneidade exige cada vez mais profissionais qualificados, dotados de conhecimentos especializados e atualizados, flexibilidade intelectual no encaminhamento de diferentes situações e capacidade de análise para decodificar a realidade social (Oliveira, 2003, p 43).

O Serviço Social está ligado a outras áreas. E isto é importante para seu desenvolvimento pois, o isolamento seria prejudicial para a abrangência de sua prática social. Pode-se dizer que a interdisciplinaridade o desenvolve, flexiona-o e viabiliza a interação com o diferente. Ensina também a pensar e ver diferente a metodologia.

O Assistente Social tem em seu trabalho influência de vários determinantes como o econômico, cultural, político, geográfico, além da sociedade civil e do Estado, que exigem do profissional um conhecimento detalhado da realidade na qual está inserido. Isto exige dos Assistentes Sociais uma intervenção prática, que tem como requisito posse de informações e análise conjuntural. Os assistentes sociais devem ser críticos, propositivos; estar atentos a todas as possibilidades que o movimento da realidade apresenta, estabelecer parcerias em concordância com o projeto político profissional mais abrangente da sociedade.

Por isso Melo e Almeida relatam que,

É necessário que o profissional envolvido em trabalhos interdisciplinares funcione como um pêndulo, que ele seja capaz de ir e vir: encontrar no trabalho com outros agentes, elementos para a (re)discussão do seu lugar e encontrar nas discussões atualizadas pertinentes ao seu âmbito

interventivo, os conteúdos possíveis de uma atuação interdisciplinar” (Melo e Almeida, 1999, p. 235).

As exigências postas ao profissional de serviço social na atualidade requer inúmeras competências e habilidades por isso, não há como continuar o processo de formação de modo linear, pois assim como a história, o conhecimento e o processo educativo não podem ser fragmentados.

O pensar e o agir interdisciplinar estão apoiados no princípio de que não existe fonte de conhecimento por si só completa, e que é, necessário à interação (interpenetração) com outras fontes de conhecimento, para se compreender a realidade e a forma como se apresenta.

Para Martinelli.

A perspectiva interdisciplinar não fere a especificidade das profissões e tampouco seus campos de especialidade. Muito pelo contrário, requer a originalidade e a diversidade dos conhecimentos que produzem e sistematizam acerca de determinado objeto, de determinada prática, permitindo a pluralidade de contribuições para compreensões mais consistentes deste mesmo objeto, desta mesma prática (Martinelli, 1995, p 157).

O Assistente Social desenvolve um processo de trabalho com grupos, onde a atribuição fundamental do profissional é o de ser um facilitador. Esta contribuição é compartilhada com os integrantes destes grupos.

Segundo Pichon – Rivieri pode-se falar em grupo, quando um conjunto de pessoas movidas por necessidades semelhantes se reúnem em torno de uma tarefa específica.

Para Silveira, 2005 existem dois tipos de grupo, e dentro deles desempenhamos uma contribuição:

Há dois tipos de grupo, o primário que é a nossa família, e o secundário, que são os grupos de trabalho, estudo, instituições, etc. Em todos eles encontramos um lugar, um papel, uma forma de estar, constituindo nossa maneira de ser. Se observarmos nosso núcleo familiar, observamos como cada irmão tem um papel dentro do grupo, e como nós também desempenhamos o nosso. (SILVEIRA, 2005 p.03)

O Serviço Social desenvolve o processo de trabalho na perspectiva de mudança social, porém, a mudança só é efetiva quando emerge do próprio grupo. O trabalho com grupo exige ordenamento dos aspectos ético – político, teórico

metodológico e técnico – operativos da profissão. O profissional requer capacidade de articulação de serviços e de políticas de atenção direta ao grupo, com propósito de orientações e encaminhamentos imediatos e em médio prazo.

Trabalho colaborativo foi definido por Karl Marx como “múltiplos indivíduos trabalhando juntos de maneira planejada no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conectados” (citado em (Bannon & Schmidt, 1991). No âmago desta definição está a noção de planejamento, garantindo que o trabalho coletivo seja resultante do conjunto de tarefas individuais.

Para um trabalho em grupo, não basta juntar várias pessoas num mesmo grupo e deixar os resultados por conta do acaso. Algumas regras devem ser observadas para que o trabalho em conjunto torne-se produtivo e contribua para o desenvolvimento da capacidade competitiva da empresa. Como, por exemplo, definir claramente as metas e objetivos da equipe. Todos têm de saber qual o objetivo do trabalho, para que o esforço seja feito na mesma direção. Se os integrantes da equipe não sabem qual a função ou papel a desempenhar, dificilmente vão poder atingir o objetivo comum. Em um grupo, é inevitável que haja choque de opiniões, personalidades e estilos. O desafio é saber valorizar a diferença e tornar os inevitáveis conflitos impulsionadores do crescimento e da produtividade; Avaliar e monitorar. O monitoramento do trabalho e dos resultados é fundamental para que cada integrante saiba como está o seu desempenho, em que e como pode melhorar.

Atualmente, no Educandário Santa Catarina está sendo colocado em prática quatro Projetos Interdisciplinares, que são: Grupo de Mulheres, Tecendo Redes, Reciclando e Gerando Oportunidades e Momento Reflexão.

O Grupo de Mulheres foi desenvolvido pelo Serviço Social e Psicologia para trabalhar com as funcionárias do Educandário Santa Catarina, constituindo um espaço protegido de acolhimento e escuta para as mulheres.

Conforme Franchetto,

Os grupos de mulheres têm sido uma estratégia utilizada desde o início do movimento feminista para trabalhar questões de gênero. O feminismo é o movimento social que surgiu no final da década de 1960 nos países de capitalismo avançado: Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Inglaterra, questionando a divisão tradicional de papéis sociais entre homens e mulheres e desnaturalizando o social, na medida que

compreendeu a identidade feminina como histórica e socialmente construída e não biologicamente determinada. Assim, as mulheres puderam se afirmar como sexo na sua singularidade irreduzível, reivindicando um espaço de atuação política e de luta por seus interesses específicos. Inaugurava – se um campo de reflexão polêmico e rico no interior das ciências sociais, (1980, Pg. 112).

As motivações para a construção do grupo de mulheres surgiu a partir das demandas observadas através de um questionário socioeconômico aplicado aos funcionários do Educandário Santa Catarina. O grupo opera quinzenalmente, representa um local protegido onde as funcionárias podem expor suas histórias de vida. Na organização de cada um dos grupos (Há dois grupos no período da manhã e dois no período da tarde), o momento inicial correspondeu a uma sondagem para identificar os temas de interesse do grupo.

A experiência das mulheres contém sempre a experiência de outras mulheres e esta experiência vem sendo transmitida oralmente, por gestos, olhares e narrativas. Neste processo de construção identitária, a pequena história pessoal é parte de uma grande história. Este é um dos principais caminhos do qual uma pessoa elabora e assimila significados, constrói e desconstrói sua identidade.

O Grupo de Mulheres desenvolvido no ESC pelas funcionárias é um conjunto de pessoas em uma ação interativa com objetivos compartilhados, tem como finalidade incentivar e estimular a auto-estima.

O trabalho Tecendo Redes tem como finalidade possibilitar a articulação e a troca de informações entre as Instituições que prestam serviços sócioassistenciais no Município de São José e região metropolitana, propiciando o desenvolvimento de ações conjuntas, capazes de responder as demandas sociais emergentes da sociedade atual, ou seja, novas formas de atuação e articulação social.

No Projeto Reciclando e Gerando Oportunidades, desenvolvido com os funcionários, a proposta é trabalhar com produtos recicláveis e criar cadernos, agendas, etc, com a finalidade de comercializar e gerar renda.

O Momento Reflexão (anexo B) é uma proposta interdisciplinar de intervenção em problemas do contexto escolar. A principal estratégia utilizada são as intervenções mediadas com as educadoras. Estas ocorrem em reuniões mensais, de uma hora de duração, entre uma representante da classe (alternando em um mês a professora e no seguinte a auxiliar de sala), a equipe de especialistas (coordenadora

pedagógica da turma, assistente social de famílias e psicóloga) e a estagiária de Serviço Social. As reuniões acontecem mensalmente para as representantes de classe, porém, semanalmente para a equipe de especialistas, já que este projeto abrange as vinte e três turmas da Instituição.

No início do ano letivo cada turma recebe um caderno específico para ser utilizado no Momento Reflexão, com um termo de compromisso fixado que deve ser assinado pelos envolvidos no projeto (anexo C). A professora e auxiliar de sala devem utilizá-lo para fazer anotações a respeito de situações em que encontraram dificuldades ou que gostariam de compartilhar com a equipe de especialistas. As datas das reuniões são previamente agendadas e é fundamental que, antes destas, as representantes de sala discutam entre si quais as principais questões a serem abordadas.

A partir da problemática trazida para o Momento Reflexão todos colaboram para construir estratégias de ação e, assim, planejar as intervenções mais adequadas para cada situação. Essas intervenções podem ser: mudanças efetivadas pela própria educadora (intervenções mediadas com as educadoras); uma conversa entre a equipe do Momento Reflexão (ou parte dela) e a família envolvida (atendimentos interdisciplinares às famílias); intervenção da psicóloga em sala de aula (intervenções diretas com as turmas); observações da turma pela psicóloga (observações em sala de aula); e outros encaminhamentos que se julguem necessários. A representante de classe presente na reunião deve fazer anotações no caderno dos encaminhamentos realizados e, o quanto antes, compartilhá-las com sua companheira de sala.

O grande diferencial de um projeto desta natureza é a mudança de postura do professor. O maior risco de se trabalhar com projeto interdisciplinar é ele ficar desatrelado do conteúdo programático. É preciso enriquecer o trabalho dos professores, e não desviá-los do programa.

Através da interdisciplinaridade é possível oferecer aos educandos e seus familiares uma visão mais globalizada e ampla do conhecimento.

A fim de capacitar as Professoras, Auxiliares de sala, Coordenadoras Pedagógicas, Psicóloga e uma das Assistentes Sociais, no dia 13/05/2009 foi convidada a palestrante Maria de Lourdes da Silva Leite Basto, formada em Psicologia e Serviço Social para trabalhar com o grande grupo através de oficina

com o tema “A Importância do Trabalho Interdisciplinar no Educandário Santa Catarina”.

No primeiro momento foram formados oito grupos, com aproximadamente cinco pessoas, onde foi solicitado que elas desenhassem o que representava a palavra Interdisciplinaridade, e que apresentassem para o grande grupo os desenhos para que fosse eleito apenas um, que seria colocado num papel pardo sinalizando um caminho no meio da sala. Porém a decisão do grande grupo foi para que todos os desenhos fossem representados.



Fotografia 1 – Grupos elaborando a dinâmica.
Fonte: Michele Klein Rodrigues (2009)



Fotografia 2 – Apresentação da dinâmica.
Fonte: Michele Klein Rodrigues (2009)



Fotografia 3 – Confeção do cartaz após apresentação da dinâmica,
Fonte: Michele Klein Rodrigues (2009).

Após finalizarem, a palestrante Maria de Lourdes pediu que formassem um novo grupo e escrevessem as grandes dificuldades de se trabalhar Interdisciplinarmente no Educandário Santa Catarina. Após os grupos discutirem entre si, escreveram em tarjas de papel suas dificuldades e as colocaram fora do caminho do papel pardo.

Entre algumas palavras destacaram-se as seguintes: resistência, aceitar as diferenças, falta de comunicação, individualidade, tempo, julgamento.



Fotografia 4 – Elaborando da segunda dinâmica solicitada pela palestrante Maria de Lourdes.
Fonte: Michele Klein Rodrigues (2009)



Fotografia 5 – Momento de debate entre as participantes e a palestrante.
Fonte: Michele Klein Rodrigues (2009)

Feito isso, novos grupos foram formados e foi solicitado que escrevessem as qualidades de se trabalhar de forma Interdisciplinar no Educandário Santa Catarina.

As palavras mais destacadas foram: afinidade, colaboração, participação, Momento Reflexão, liberdade de expressão, interesse, dedicação.

A oficina foi finalizada com a intenção proposta: mostrar o que é um trabalho interdisciplinar, e qual a sua importância na Instituição para que haja um trabalho melhor em sala de aula.

O propósito da dinâmica foi mostrar o caminho a ser trilhado para que se obtenha um bom trabalho Interdisciplinar e as dificuldades que todos passam e que têm que ser aperfeiçoadas, modificadas para um melhor trabalho e atendimento com as famílias.



Fotografia 6 – Finalização, analisando a confecção do cartaz produzido pelas participantes.
Fonte: Michele Klein Rodrigues (2009)



Fotografia 7 – Finalização, analisando a confecção do cartaz produzido pelas participantes.
Fonte: Michele Klein Rodrigues (2009)

Após alguns dias depois da capacitação foram selecionadas dez professoras/auxiliares de sala para responderem duas perguntas relacionadas a palestra e com livre arbítrio para decidirem se identificar ou não nas respostas e deixarem na caixa de correspondência do ESC. Destas dez profissionais três responderam as perguntas.

Perguntas elaboradas as professoras/auxiliares de sala

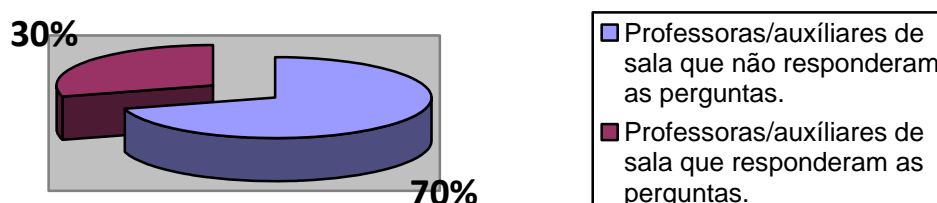


Gráfico 1 – Perguntas Elaboradas as professoras/auxiliares de sala.
Fonte: Michele Klein Rodrigues (2009)

A primeira pergunta foi “O que é interdisciplinaridade pra você?”, as respostas foram:

“é um processo que envolve a integração de várias disciplinas, objetivando a formação integral da criança”. (Rosa).²

“é trabalhar em conjunto como um todo, envolvendo todos e tudo”.
(Margarida)

“é o assunto que abrange várias áreas profissionais. Exemplo: português, matemática, ciências abrangendo todas, no trabalho pedagógico em sala de aula,
(Orquídea)

Em relação a segunda pergunta, “como você utiliza a interdisciplinaridade em sala de aula?”, seguem as respostas:

2º - “nós trabalhamos a interdisciplinaridade, utilizando as várias áreas do conhecimento de forma que as crianças vão aprendendo que pertencem e fazem parte de um grupo social. Sabendo conviver dentro dele, se sentindo útil e valorizada” (Rosa)

“Estamos sempre trabalhando em grupo”. (Margarida)

“Quando necessário usando várias áreas da disciplina, com enfoque nas

²Nomes meramente fictícios.

atividades propostas. Então trabalha-se com todas ou só uma, depende da professora” (Orquídea).

Segundo FAZENDA (2003, p.60), “educar na interdisciplinaridade pressupõe um compromisso existencial com a partilha. Sem ela, nada tem sentido”.

Através das oficinas, destaca-se a participação e o envolvimento do grupo na identificação do trabalho interdisciplinar e quanto esse trabalho interdisciplinar afeta diretamente a qualidade dos serviços prestados às famílias atendidas no ESC.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um importante espaço de intervenção para o Serviço Social, tanto que está para ser aprovada a lei que institui a inserção de Assistentes Sociais e Psicólogas nas escolas municipais de 1.º e 2.º graus. O Projeto de Lei nº 925/2003 tem como objetivo assegurar que nas escolas sejam avaliadas, elaboradas e executadas ações preventivas e de enfrentamento às situações emergentes que expressem violência, dificuldades interpessoais entre alunos, familiares e funcionários da escola, além das de ordem socioeconômica que afetem os estudantes.

O foco na intervenção profissional hoje é da interdisciplinaridade. O Serviço Social no ESC tem tido um papel fundamental no processo de elaboração, implementação, planejamento, execução e avaliação do projeto Momento Reflexão, um trabalho interdisciplinar com a finalidade de garantir o direito da criança e de seus familiares. É no Momento Reflexão que as professoras/auxiliares de sala tiram suas dúvidas de como agir com diversos problemas do dia-a-dia através dos diversos olhares de cada profissional.

O espaço do ESC possibilita o atendimento direto às famílias, aproximando o Serviço Social das reais expressões da questão social, como o desemprego, o analfabetismo, a violência e outros. Sugere-se que este campo de estágio seja mantido pelo curso.

Em relação ao trabalho na instituição, foi acompanhado, durante o estágio, o trabalho com o grupo de mulheres, o que não teve continuidade. Sendo considerado para o Serviço Social, como um trabalho relevante e interdisciplinar; assim como o trabalho com o grupo Momento Reflexão, os quais deveriam ser contínuos.

Este trabalho pretende contribuir para novos questionamentos e, principalmente, nos desdobramentos desses questionamentos. Dentre eles podemos registrar a necessidade de se trabalhar interdisciplinarmente e refletir sobre o papel

destes profissionais, professoras, auxiliares de sala, coordenadoras pedagógicas, psicóloga e assistente social, principalmente por considerarmos que este trabalho garante a qualidade de vida e os direitos das crianças do Educandário Santa Catarina.

Contudo, vale salientar que o presente trabalho não pretendeu esgotar as reflexões sobre a intervenção do Serviço Social no trabalho interdisciplinar e sim, mostrar a importância dos Assistentes Sociais na área da educação, levantando as contribuições através da profissão nesse espaço sócio-ocupacional e que possa auxiliar para um debate da inserção destes profissionais nestas áreas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar, guia para uma abordagem complexa.** Porto Alegre: AGEM, 2003.

ANDALÓ, Carmen Silvia de Arruda. **O papel de coordenador de grupos.** Psicologia USP 2001.

BARROS, Adriana. **Interdisciplinaridade: O Pensado e o vivido – De sua necessidade às barreiras enfrentadas,** 2003.

BENJAMIN, Alfred. **A entrevista de ajuda.** 9º Ed – São Paulo, 1998.

BELTÃO, Tatiana. **O Estatuto vai à escola,**2008. Extraído do site <http://risolidaria.org.br>: Acesso em 06/11/09

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOCHNIAK, Regina. **Questionar o conhecimento: interdisciplinaridade na escola.** São Paulo, 1992.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social.** Petrópolis, Editora Vozes, 1998

GRESS /RJ -7º Região – **O Serviço Social e a educação – 3º ed.** - Novembro, 2008.

DEMO, P. **Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 1998

Estatuto da Criança e do Adolescente; **Hora de fazer Valer – Brasília** 2005.

FAURE, Guy Olivier. **A constituição da interdisciplinaridade.** In: Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 108:p. 61-68, jan/mar, 1992.

FAZENDA, Ivani Catarina A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 4º

ed. São Paulo, 1994.

FAZENDA, Ivani Catarina A. **Interdisciplinaridade: Um projeto em parceria.** 3^o ed. São Paulo, 1995

FERNANDES, Marineli. **O serviço social na educação: o trabalho profissional sob a ótica dos usuários do Educandário Santa Catarina, 2007.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FREITAS, Douglas Phillips. **Perícia Social: O Assistente Social e os efeitos da perícia no judiciário.** Douglas Phillips Freitas, Karine Brum Martins Freitas. Florianópolis: OAB/SC editora, 2003.

JANTSCH, E. **Toward interdisciplinarity and transdisciplinarity in education and innovation.** In CERI & OECD (Eds.) *Interdisciplinarity*. Paris: CERI & OECD, 97-121, 1972.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro, Imago, 1976.

JAPIASSU, Hilton. ***A crise da razão e do saber objetivo: as ondas do irracional.*** São Paulo: Letras & Letras, 1996.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar - fundamentos teórico-metodológicos.** Petrópolis, Vozes, 1995.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres.** São Paulo: Veras, Editora Lisboa: CPIHTS – Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 2003.

MARTINELLI, Maria. Lucia.; RODRIGUES, M. L.; MUCHAIL, S. T. (1995). ***O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber.*** São Paulo: Cortez.

MENEGHEL, Stela N. **Cotidiano ritualizado: grupos de mulheres no enfrentamento à violência de gênero.** Porto Alegre 2003.

MINAYO, M.C.S. **Interdisciplinaridade: Funcionalidade ou utopia?** Revista Saúde

e Sociedade, Rio de Janeiro: Vol.3, nº.2, 1994, pp 42-64

MINUCHIN, S. **Famílias: Funcionamento & Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Educação e Família**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1989.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **A dimensão técnica – operativa do exercício profissional dos assistentes sociais em foco**. Versão final correções – Contribuições para o debate.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar e reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. **Trabalho Interdisciplinar: realidade e utopia**. Serviço Social & Sociedade. Nº 51. Revista Quadrimestral de Serviço Social, 1996

OLIVEIRA, C. A. H. S. (2003). **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social**. Franca: UNESP/FHDSS.

PCN + Ensino Médio: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2002b.

PIAGET, Jean. **“The epistemology of interdisciplinarity relationship”**. In CERI & OECD (Eds.). Interdisciplinarity. Paris: CERI & OECD, 122-135, 1972.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política Educacional e Serviço Social**. Caminhos da Política Educacional Brasileira: 1964 e os anos seguintes. São Paulo: Cortez, 1986, p. 55 – 79.

PORTO, Marcelo Firpo, **Significados e limites das estratégias de integração disciplinar: uma reflexão sobre as contribuições da saúde do trabalhador**. Artigo de caráter teórico e exploratório, 2000.

RODRIGUES, Maria Lúcia . **O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar.** *in* Martinelli, M. L. e outros(org). O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo: Cortez/ Educ, 1998.

SILVA, Valdeci G. **A entrevista e suas nuances.** In: Algo sobre vestibular. Disponível em: <www.algosobre.com.br>. Acesso em: 30 set. 2009.

SILVEIRA, Darlene de Moraes. **Serviço Social com Grupo**, Material didático, digit., Florianópolis, 2005.

SOUZA, Patrícia Chaves. **SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: o exercício profissional sob as interpretações das profissionais.** Trabalho de Conclusão de Curso, 2008.

TELES, Vera da Silva. **QUESTÃO SOCIAL: A FINAL DO QUE SE TRATA?** São Paulo em perspectiva, Vol.10, n.4, out-dez/1996. P.85-95.

WEFFORT, Madalena Freire (org.). **Grupo – Indivíduo e parceria: malhas do conhecimento.** São Paulo, publicações do Espaço Pedagógico, 1994.

ANEXOS

ANEXO A - Resolução n.º 191, de 10 de novembro 2005

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

RESOLUÇÃO N.º 191, DE 10 DE NOVEMBRO 2005

DOU 17/11/2005

Institui orientação para regulamentação do art. 3º da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – LOAS, acerca das entidades e organizações de assistência social mediante a indicação das suas características essenciais.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 7, 8, 9 e 10 de novembro de 2005, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS:

Considerando os objetivos e diretrizes da Assistência Social delineados nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal,

Considerando o artigo 3º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (LOAS), que estabelece o fundamento legal para a definição de entidade e organização de assistência social,

Considerando a **necessidade de uniformizar o entendimento acerca de entidade e organização de assistência social, indispensável para a condução da Política de Assistência Social (art. 5º, inciso III da LOAS),**

Considerando os artigos 7º e 18, inciso II da LOAS, assim como os termos da Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que aprovou a Política Nacional de Assistência Social,

Considerando as deliberações das Conferências Nacionais pela regulamentação do art. 3º da Lei 8742/1993;

Considerando a discussão sobre o tema, iniciada em abril de 2005, na Reunião Descentralizada, ocorrida em Curitiba, e que culminou no Debate Nacional realizado em 17 de outubro de 2005;

Considerando a Resolução do CNAS nº 87, de 11 de maio de 2005, e Resolução do CNAS nº148 de 11 de agosto de 2005, que criou o Grupo de Trabalho para estudo da regulamentação do art. 3º da LOAS e definiu as diretrizes para o processo de discussão e regulamentação do art. 3º, respectivamente;

Considerando a necessidade de estabelecer parâmetros fundamentais para a constituição da rede sócio-assistencial do SUAS;

Considerando a Política Nacional de Assistência Social e a NOB/SUAS, aprovadas pelo Conselho pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, respectivamente;

O Conselho Nacional de Assistência Social aprova a presente resolução que institui orientação para a regulamentação do art. 3º da LOAS acerca das entidades e organizações de assistência social mediante indicação de suas características essenciais.

Art. 1º Consideram-se características essenciais das entidades e organizações de assistência social para os devidos fins:

I – ser pessoa jurídica de direito privado, associação ou fundação, devidamente constituída, conforme disposto no art.53 do Código Civil Brasileiro e no art. 2º da LOAS;

II – ter expresso, em seu relatório de atividades, seus objetivos, sua natureza, missão e público conforme delineado pela LOAS, pela PNAS e suas normas operacionais;

III – realizar atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social e aos seus usuários, de forma permanente, planejada e contínua;

IV – garantir o acesso gratuito do usuário a serviços, programas, projetos, benefícios e à defesa e garantia de direitos, previstos na PNAS, sendo vedada a cobrança de qualquer espécie;

V – possuir finalidade pública e transparência nas suas ações, comprovadas por meio de apresentação de planos de trabalho, relatórios ou balanço social de suas atividades ao Conselho de Assistência Social competente;

VI - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

Parágrafo Único. Não se caracterizam como entidades e organizações de assistência social as entidades religiosas, templos, clubes esportivos, partidos políticos, grêmios estudantis, sindicatos, e associações que visem somente ao benefício de seus associados que dirigem suas atividades a público restrito, categoria ou classe.

Art. 2º As entidades e organizações de assistência social podem ser:

I – de atendimento, quando realizam de forma continuada, permanente e planejada, serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial e de defesa de direitos sócio-assistenciais, dirigidos as famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades e risco social e pessoal, conforme preconizado na LOAS, na PNAS, portarias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e normas operacionais.

II - de assessoramento e defesa e garantia de direitos, quando realizam,

de forma continuada, permanente e planejada, serviços, programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos, pela construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, conforme a LOAS, a PNAS e suas normas operacionais, tais como:

Assessoria política, técnica, administrativa e financeira a movimentos sociais, organizações, grupos populares e de usuários, no fortalecimento de seu protagonismo e na capacitação para a intervenção nas esferas políticas, em particular na Política de Assistência Social;

Promoção da defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade;

Formação política-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e lideranças populares;

Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente;

Sistematização e difusão de projetos inovadores de inclusão cidadã que possam apresentar soluções alternativas a serem incorporadas nas políticas públicas;

Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades e à geração de renda;

Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade e dos cidadãos/ãs sobre os seus direitos de cidadania, bem como dos gestores públicos, subsidiando-os na formulação e avaliação de impactos da Política de Assistência Social;

Monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social e do orçamento e execução orçamentária.

Art. 3º As entidades e organizações de assistência social deverão ser inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social ou Conselho de Assistência Social do Distrito Federal - DF para seu regular funcionamento, cabendo aos referidos Conselhos a fiscalização das entidades, independentemente do recebimento direto de recursos da União, Estados, DF e Municípios.

§ 1º. Quando as entidades e organizações de assistência social atuarem em mais de um Município ou Estado, deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo Município de atuação, apresentando, para tanto, o plano de ação ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou onde desenvolve suas principais atividades.

§ 2º. Quando não houver Conselho de Assistência Social no Município, as entidades e organizações de assistência social deverão se inscrever nos respectivos Conselhos Estaduais.

§ 3º. A inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal é o documento de reconhecimento da natureza de assistência social dos serviços, programas, projetos e benefícios que as entidades e organizações de assistência social desempenham.

Art. 4º Somente poderão se vincular ao SUAS as entidades e organizações de assistência social inscritas de acordo com o artigo anterior.

Art. 5º As entidades e organizações de assistência social terão prazo de (12) doze meses a contar da data da publicação desta Resolução para requerer a inscrição nos Conselhos Municipais de Assistência ou CAS/DF a fim de cumprir o disposto no §1º do art. 3º desta Resolução.

Art. 6º Recomendar ao MDS o disposto no anexo a esta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Marcia Maria Biondi Pinheiro

Presidente do CNAS

ANEXO B – Projeto Momento Reflexão



MOMENTO REFLEXÃO

Responsáveis:

- Assistente Social – Liliane Ferreira Martins
- Psicóloga – Carolina Duarte de Souza
- Coordenadoras Pedagógicas – Karla Beatriz, Jane Ferreira Martins e Salete Martins.

... é preciso ver uma advertência contra qualquer intervenção que ensina o outro, que o aconselha, que o controla ou que cuida dele. Parafraseando Piaget, eu diria que “Cada vez que vocês cuidam de alguém, vocês impedem que ele cuide de si mesmo; cada vez que vocês o controlam, vocês o impedem de aprender a se controlar” (Guy Ausloos).

I. Introdução

No Brasil nota-se que as políticas públicas relacionadas à criança em creche sofrem transformações consideráveis. A Constituição Nacional de 1988 colocou a criança e o adolescente como prioridades nacionais, regulamentando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que coloca a educação infantil como um dever do Estado (artigo 54). Ademais, no capítulo sobre educação, o artigo 208 diz que o atendimento às crianças de zero a seis anos é “um direito da criança, um

dever do Estado e uma opção da família". Assim, a responsabilidade pela educação da primeira infância deixa de ser exclusividade da família, considerando-se a criança como ser em desenvolvimento com peculiaridades e demandas específicas e com direito ao afeto, ao brincar, ao querer, ao conhecer, ao sonhar e ao ser criança. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 determinou como finalidade da educação infantil *"o desenvolvimento integral das crianças até seis anos de idade, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade"*, o que transformou os direitos antes assegurados na Constituição e no ECA em diretrizes e normas. A partir desse momento, as instituições de educação infantil passam a ser reconhecidas pela lei como lugar que compartilha e participa do desenvolvimento integral e da educação de crianças junto à família e comunidade, e não apenas como espaço de cuidado de infantes de mães trabalhadoras (Amorim e Rossetti-Ferreira, 1999).

Diante desse cenário nacional, o Educandário Santa Catarina (ESC), como instituição de educação infantil e assistência social, preocupa-se com a qualidade do atendimento prestado às crianças atendidas, bem como às suas famílias, e considera que para tanto é fundamental atentar-se para os meios de resolução de conflitos e situações problemáticas vivenciadas em seu cotidiano.

Consciente de que existem situações em que as educadoras encontram-se tão envolvidas com o problema que não conseguem imaginar soluções, o ESC possui em seu quadro de funcionários uma equipe de especialistas. Esta equipe (composta de três orientadoras pedagógicas, uma assistente social para o trabalho com as famílias e uma psicóloga) não participa do cotidiano de sala de aula, de forma que nas situações supracitadas pode colaborar com as educadoras ampliando do foco de observação, e, assim, construindo novas possibilidades de resolução. As especialistas, ancoradas no paradigma relacional sistêmico, trabalham com essas situações aplicando princípios que consideram a cultura e os recursos de enfrentamento próprios da instituição (Duque, et al, 2009).

II. Justificativa

Se as crianças se agredem em sala de aula, se a educadora sente-se afrontada pelos alunos, se a competição entre os docentes está tão acirrada que compromete os processos de ensinar e aprender, se uma criança se recusa a fazer

as atividades propostas, ou se a desordem impede o andamento da aula; quem deve ser chamado a resolver o problema?

A instituição, as educadoras, a turma, a própria criança, mas, a princípio, não a família. Muitos alegarão que as origens da problemática estão nas relações familiares. Isso porque faz parte do censo comum dizer que os filhos são responsabilidade dos pais, “e que passar de responsável para culpado” (p. 14, Curonici e MacMulloch, 1999) tornou-se tão rotineiro que nem nos atentamos quando esta passagem é ilógica. Pois, ao fazer isto, analisam-se os fatos numa lógica uni casual, quando se sabe que os fenômenos são necessariamente relacionais, existindo assim uma gama de fatores que contribuem para sua ocorrência. Ilógica ainda, porque se faz um pré-julgamento dos pais (responsáveis) como culpados.

Assim, pode-se refletir sobre a posição de uma família que é chamada ao ESC por um problema da instituição em relação a um comportamento apresentado pela criança neste espaço. A probabilidade é que esta se ponha em posição defensiva procurando justificativas que mostrem como o problema não é seu (Curonici e MacMulloch, 1999).

No entanto, ao tomar a mesma a palavra responsabilidade em inglês – *response-ability* – pode-se entender o conceito como capacidade de responder. Essa compreensão do termo, ao invés de acionar o sistema de culpabilização de qualquer um dos sujeitos envolvidos no problema, instiga a busca das competências de cada um para a resolução, ou seja, desenvolver a responsabilidade de educadores, crianças, pais e especialistas. Dessa forma, ao invés de corrigir “erros” dos envolvidos, se pode criar um contexto de colaboração em que se traz a tona às capacidades dos mesmos. Ao invés de fazer a família ou a educadora “confessar seu erro”, se podem considerar todas as versões sobre o fato, e não focar-se apenas no conteúdo daquilo que é dito, mas também atentar-se ao jeito como as coisas são faladas (Curonici e MacMulloch, 1999).

Segundo o paradigma sistêmico, a instituição pode ser concebida como um conjunto de relações no qual cada parte interage com outra e a mudança em uma parte ou membro repercute em mudanças em todo o sistema. Assim, entende-se que para um problema persistir na organização é necessário a existência fatores que propiciem a perpetuação dos padrões relacionais em questão (Duque, 2009).

O paradigma sistêmico se revela um instrumento de trabalho complementar a outros referenciais usados na escola na análise e resolução de vários problemas apresentados. Este pode ser usado em contextos educacionais por seus próprios sujeitos, visto que possibilita ocupar uma posição meta, de quem dirige o olhar para, o que permite um afastamento para observar melhor, e assim visualizar com mais facilidade o nóculo principal do problema, já que não se está emaranhado com o mesmo. Desta forma, pessoas que não estão envolvidas diretamente na problemática, como orientadoras pedagógicas, outros professores, psicólogo e assistente social, podem desempenhar esta função (Curonici e MacCulloch, 1999).

Então, se a grande meta da educação infantil é o desenvolvimento integral das crianças, é necessário criar um ambiente propício à colaboração e à cooperação tanto no contexto escolar como entre este e as famílias atendidas. Quando conseguimos fazer isto: conversar e investir tempo fazendo a informação circular entre os envolvidos e interessados na problemática, sempre respeitando as diversas contribuições, soluções novas são co-construídas, tornando possível a resolução das situações (Curonici e MacCulloch, 1999).

III. Objetivos

Objetivo Geral:

Promover a colaboração entre educadores e especialistas: coordenadora pedagógica, assistente social e psicóloga, na construção em conjunto de alternativas que respeitem as capacidades e recursos próprios das educadoras, no intuito de solucionar situações vivenciadas como problemáticas no contexto escolar (Curonici e McCulloch, 1999). A equipe de especialistas apresenta uma visão externa ao contexto em que o problema ocorre, construindo estratégias de mudança em co-autoria com as envolvidas.

Objetivos Específicos:

- Realizar mensalmente intervenções mediadas com as educadoras.

- Realizar atendimentos interdisciplinares com famílias sempre que necessário.
- Intervir diretamente nas turmas sempre que necessário.
- Observar a turma em sala de aula sempre que necessário.
- Realizar outros encaminhamentos sempre que necessário.

IV. Beneficiários (diretos e indiretos)

Diretos:

3. 510 Crianças atendidas
4. 40 Educadoras

Indiretos:

- 280 Famílias atendidas
- Coordenadoras pedagógicas
- Assistente Social
- Psicóloga
- Estagiária de Psicologia
- Estagiária de Serviço Social

V. Método

O momento reflexão é uma proposta interdisciplinar de intervenção em problemas do contexto escolar. A principal estratégia utilizada no mesmo são as intervenções mediadas com as educadoras. Essas ocorrem em reuniões mensais, de uma hora de duração, entre uma representante da classe (alternando em um mês a professora e no seguinte a auxiliar de sala) e a equipe de especialistas (coordenadora pedagógica da turma, assistente social de famílias e psicóloga). Assim, vale ressaltar que as reuniões acontecem mensalmente para as representantes de classe, porém, semanalmente para a equipe de especialistas, já que este projeto abrange as 23 turmas da instituição. A estagiária de Psicologia também participa das reuniões quando essa estiver relacionada com a turma de alguma criança a qual ela esteja atendendo.

No início do ano letivo cada turma recebe um caderno específico para ser

utilizado no momento reflexão, com um termo de compromisso fixado (apêndice 1), que deve ser assinado pelos envolvidos no projeto. A professora e auxiliar de sala devem utilizá-lo para fazer anotações a respeito de situações em que encontraram dificuldades ou que gostariam de compartilhar com a equipe de especialistas. As datas das reuniões serão previamente agendadas e é fundamental que, antes dessas, as representantes de sala discutam entre si quais as principais questões a serem abordadas.

A partir da problemática trazida para o momento reflexão todos colaboram para construir estratégias de ação e, assim, planejar as intervenções mais adequadas para cada situação. Essas intervenções podem ser: mudanças efetivadas pela própria educadora (intervenções mediadas com as educadoras); uma conversa entre a equipe do momento reflexão (ou parte dela) e a família envolvida (atendimentos interdisciplinares às famílias); observações da turma pela psicóloga ou estagiária de Psicologia (observações em sala de aula); intervenção da psicóloga e estagiária de Psicologia em sala de aula (intervenções diretas com as turmas); e outros encaminhamentos que se julguem necessários. A representante de classe presente na reunião deve fazer anotações no caderno dos encaminhamentos realizados e, o quanto antes, compartilhá-las com sua companheira de sala.

As intervenções mediadas com as educadoras ocorrem no próprio encontro do momento reflexão, quando a equipe assessora a educadora na elaboração da estratégia de enfrentamento da dificuldade e ela a executa a técnica construída. Essas intervenções se mostram mais eficientes por colocarem em evidência os recursos das próprias educadoras para resolução do problema (Curonici e McCulloch, 1999).

Quando a equipe observa que a problemática em questão não está atrapalhando a criança apenas na instituição, e que nossas intervenções não foram suficientes para solucioná-la, convidamos a família para um atendimento interdisciplinar para implicá-la como parceira no processo de educação da criança. Muitas dificuldades são sanadas nestas conversas: a colocação de limites à criança em seu ambiente familiar, a necessidade de estabelecimento de rotinas para a criança em casa, a importância de os cuidadores estabelecerem e cumprirem as mesmas regras para as crianças, a culpa que muitas vezes a família carrega por necessitar que a criança fique na creche, a falta de estimulação do desenvolvimento

infantil por falta de informação dos cuidadores: seja em termos de linguagem, coordenação motora, sociabilidade ou afetividade. Quando não conseguimos resolver a situação, ao menos podemos ter maior clareza quanto aos encaminhamentos a serem dados, dependendo da demanda a ser tratada, podem estar presentes: a orientadora pedagógica, a assistente social, a psicóloga e a educadora.

As observações à classe poderão ser necessárias quando a equipe percebe que a educadora está muito emaranhada com a problemática em questão, assim podemos ter dois objetivos diferentes: avaliar a dinâmica da turma, ou avaliar uma criança em específico: seu posicionamento na turma e as relações estabelecidas a partir da mesma.

Quando se constata que a educadora está muito envolvida no problema, seja pelo seu relato no momento reflexão, seja na observação em sala de aula, opta-se pela intervenção direta, na qual a psicóloga e estagiária de psicologia atuam diretamente com a turma na presença das educadoras.

Quando se constata que a criança precisa de avaliação de outros especialistas como fonoaudióloga, oftalmologista, neurologista, dentista, entre outros, faz-se o encaminhamento para os mesmos.

VII. Bibliografia

Amorim, K. S.; Rossetti-Ferreira, M. C. (1999). Creches com qualidade para a educação e o desenvolvimento integral da criança pequena. *Psicologia ciência e profissão*, 19 (2) pp. 64-69.

Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm.

Brasil. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

Curioni, C.; McCulloch, P. (1999). **Psicólogos e professores** um ponto de vista sistêmico sobre as dificuldades escolares. São Paulo: EDUSC.

Duque, D.; Queiroz A. H. de; Stürmer B. C.; Silva C. F. da; Souza C. D. de; Cromack E. M. P. da C.; Lima L. de A.; Assini L. C.; Carneiro M. da G. de M.; Schultz N. C. W. (2009). **Projeto ciranda** consultoria relacional sistêmica em instituições de ensino. Trabalho não publicado.

VIII. Cronograma

Atividade	Período
Elaboração do projeto.	Março e Abril.
Intervenções mediadas com as educadoras.	Maió a Dezembro.
Atendimentos interdisciplinares com famílias.	Maió a Dezembro.
Intervenções diretas com as turmas.	Maió a Dezembro.
Observações em sala de aula.	Maió a Dezembro.
Outros encaminhamentos.	Maió a Dezembro.
Avaliação do projeto	Dezembro.

ANEXO C – Termo de Compromisso do Momento Reflexão

O momento reflexão é uma proposta interdisciplinar que visa promover a colaboração entre professores, e especialistas: coordenadora pedagógica, assistente social e psicóloga, na resolução de dificuldades escolares vivenciadas pelos educadores, criando soluções específicas e originais, por meio do respeito à posição de cada um e da circulação de informação. Assim NÃO esperamos que as educadoras “despejem” os problemas de sala para a equipe, mas sim que TODAS estejamos empenhadas na solução do problema.

Serão encontros mensais para sua turma com uma hora de duração, na sala do setor social, em que estarão presentes você ou sua parceira de sala, a coordenadora pedagógica, a assistente social de famílias e a psicóloga.

A sua turma está recebendo um caderno que deverá ser usado durante todo o mês para que você e sua parceira façam as anotações que considerem necessárias para conversarmos no encontro. Dessa forma, para que esse trabalho dê resultados dependemos de seu olhar atento, assim como de sua parceira, para que detectem as situações a serem abordadas.

Outra combinação importante é o respeito às datas e horários marcados, virá neste caderno um calendário com as datas e horários dos encontros, é bastante difícil conseguir reunir a equipe toda para este momento, assim, pedimos seu comprometimento em cumprir o calendário estabelecido.

Esperamos realizar um bom trabalho em conjunto!

Eu _____ estou ciente e concordo com o exposto acima.

Eu _____ estou ciente e concordo com o exposto acima.

Eu _____ estou ciente e concordo com o exposto acima.

Eu _____ estou ciente e concordo com o exposto acima.

São José, _____ de _____ de _____.

Coordenadora Pedagógica

Assistente Social

Psicóloga